PODER EM BUSCA DO VOTO DA BASE BOLSONARISTA NA ELEIÇÃO DO SENADO, DAVI ALCOLUMBRE ACENA COM ANISTIA AOS GOLPISTAS E ALIANÇA CONTRA O STF

SEM DOGMAS MARIO DRAGHI, EX-BCE, PROPÕE INVESTIMENTOS PÚBLICOS DE 5% DO PIB AO ANO PARA RECUPERAR A COMPETITIVIDADE DA EUROPA

CartaCapital

CartaCapital 30 ANOS

cartacapital.com.br
ANO XXX Nº 1328
R$ 31,90
18 DE SETEMBRO DE 2024
9 771809 669002 01328
basset editora

O AZAR É SEU

ALÉM DOS ESQUEMAS PARA ENGANAR OS APOSTADORES E DAS CONEXÕES COM O CRIME ORGANIZADO, AS *BETS* VIRAM UM CASO DE SAÚDE PÚBLICA

Conheça mais sobre a Fenae, aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

Acesse e saiba mais::

/fenaefederacao

@fenaefederacao

www.fenae.org.br

/company/fenae-federacao

(61) 98142 8428

CartaCapital

Tudo que importa para quem se importa

18 DE SETEMBRO DE 2024 • ANO XXX • Nº 1328

O STF tarda a analisar indulto de Bolsonaro aos condenados pela matança. Pág. 27

Capa: Pilar Velloso. Fotos: Midjourney-V6 e iStockphoto

ITAMAR MIRANDA/ESTADÃO CONTEÚDO E DISTRITO ANHEMBI/SP

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor) e Sebastião Moura (Editor)
ESTAGIÁRIA: Ana Luiza Sanfilippo
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE MARKETING E PLANEJAMENTO: Italo Sasso
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

SENHOR FEUDAL

O feudalismo cibernético é cruel com os trabalhadores, com as minorias e com o ser humano em geral. As democracias estão em perigo com as plataformas digitais, onde o mundo das nuvens substitui o mundo real. Na eterna fuga que o ser humano busca da realidade nua e crua, ele mergulha em uma realidade virtual que o aprisiona, o aliena e o imbeciliza, fazendo com que seu lado humano se torne maquinizado. O tempo se torna eterno e etéreo, o espaço diminui, podendo transformar-se em uma cápsula destinada apenas a acomodar seu corpo robótico.
Paulo Sergio Cordeiro Santos

INDEPENDÊNCIA ONLINE

Virtual, sim, mas não imaterial. Através do "mundo virtual", realizam-se cirurgias a milhares de quilômetros de distância entre o cirurgião e o paciente. No virtual, compramos, vendemos, investimos, lemos e nos relacionamos. Como as redes sociais, tão presentes no funcionamento global de um país, poderiam ficar fora dos direitos e deveres constitucionais? Apenas a ingenuidade ou a desinformação a serviço de interesses ideológicos com viés antidemocrático se escandalizam com a firmeza daqueles que têm a obrigação de zelar pela nossa soberania, independência e pela nossa jovem democracia.
Williams Costa Cantanhede

O REI DA BAIXARIA

Esse é o resultado de um povo infantilizado, que vê como algo invejável atacar, xingar e mentir. Imagine entregar a gestão da maior cidade da América Latina e uma das mais importantes do mundo a um sujeito desses, sem qualificação nem propostas.
Carmen Fontes

Ele chama isso de "economia da atenção" e diz que, queiramos ou não, esse é o futuro da política. Acho que a esquerda precisa acordar rapidamente!
Monique Vivian

VOZ INDOMÁVEL

Caso o deputado Glauber Braga seja cassado, ele deveria ocupar uma pasta ministerial relevante, onde pudesse continuar seus esforços a favor da transparência do orçamento e das ações públicas de forma concreta e executiva.
Rocia Silva Oliveira

GALÍPOLO E O FURACÃO

Não sou economista, mas se o País está crescendo, não seria mais lógico manter ou reduzir a Selic para favorecer os empréstimos, em vez de estimular a especulação? Isso permitiria a aquisição de maquinário, aumentaria a produção e promoveria uma abordagem mais responsável em relação ao aumento dos preços, devido à maior oferta.
Georges C. Costaridis

O YIN E O YANG

Devemos ter cuidado. Enquanto alguns ainda estão preocupados com o imperialismo americano, que está em decadência, não percebem que o imperialismo chinês está silenciosamente dominando setores estratégicos do nosso País, o que também põe em risco nossa soberania.
Junior Atibaia

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Loucuras de amor

Não é fácil superar uma paixão não correspondida. Pablo Marçal bem que tentou esquecer Jair Bolsonaro em recente viagem a El Salvador, mas seu novo *affair*, o presidente Nayib Bukele, também o esnobou, escalando um auxiliar para recebê-lo. De volta ao Brasil, o *coach* arriscou uma desesperada tática de reaproximação. Usou um helicóptero para alcançar a manifestação bolsonarista do 7 de Setembro e ainda correu a pé, por vários quarteirões da Avenida Paulista, na tentativa de alcançar o carro de som do ex-presidente. Coube ao pastor Silas Malafaia a tarefa de dar um chega-pra-lá no *stalker*, descrito como "psicopata, megalomaníaco, manipulador e mentiroso". Ao menos o *coach* conseguiu vender milhares de bonés no convescote patriótico para reforçar o caixa de sua campanha. Do alto do trio elétrico, o prefeito Ricardo Nunes, um bolsonarista envergonhado, mas ungido pelo capitão, observou em silêncio a movimentação do adversário.

Lula e Evaristo: a escolha atenua o desgaste

Governo/ Saída para a crise

Macaé Evaristo assume o Ministério dos Direitos Humanos

A rápida nomeação de Macaé Evaristo, deputada estadual em Minas Gerais pelo PT, foi a solução encontrada pelo governo Lula para tentar estancar os estragos da crise política provocada pelas denúncias de assédio sexual contra o ex-ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida. Mulher, negra, gentil, cordata, respeitada nos movimentos sociais, Evaristo tem ainda a seu favor uma sólida experiência administrativa. Foi secretária de Educação de Belo Horizonte, ocupou o mesmo cargo na gestão estadual e comandou a Secretaria de Educação Continuada do MEC no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Em sua primeira declaração a respeito das acusações contra o antecessor, após aceitar o convite para sucedê-lo, a nova ministra defendeu uma apuração rigorosa, o respeito às vítimas e o direito à ampla defesa de Almeida. "A ideia é que possamos fazer todo o procedimento necessário, garantindo os direitos das pessoas denunciantes, bem como o amplo e pleno direito de defesa", afirmou. "É muito importante que garantamos a privacidade e o sigilo dos fatos, principalmente das pessoas que foram lesadas."

Iniciadas na quinta-feira 5 por denúncias anônimas colhidas pela ONG Me Too Brasil, vertente do célebre movimento contra assédio e abuso sexual em Hollywood que resultou na condenação do produtor Harvey Weinstein, as acusações contra Almeida ganharam novos contornos no decorrer das horas e ainda não cessaram. Na sexta-feira 6, pouco antes de o ministro ser demitido, Isabel Rodrigues, professora e candidata a vereadora em Santo André pelo PSB, divulgou um vídeo emocionado no qual relata o assédio. "Ele levantou a saia e colocou as mãos nas minhas partes íntimas (...) Demorou para entender que eu estava sendo vítima de violência sexual." O episódio teria ocorrido cinco anos atrás e Rodrigues afirma ter descrito o caso a amigos e ao psicólogo.

RITHYELE DANTAS/MIR, FILIPE ARAÚJO/MINC E RICARDO STUCKERT/PR

Na terça-feira 10, uma ex-aluna de Almeida na Universidade São Judas, identificada como Carla, afirmou ter recebido uma proposta de favores sexuais em troca de uma boa nota para sua monografia no curso de Direito. Ao Intercept Brasil, a estudante ressaltou os insistentes telefonemas do professor. “Acho que a gente devia sair para conversar sobre o seu tema porque eu não quero que você saia prejudicada”, teria sugerido Almeida. “Fiquei com medo de ele realmente me prejudicar na monografia”, declarou Carla, razão, segundo ela, para não denunciá-lo à época. O depoimento ao *site* reforça outra suspeita publicada por meios de comunicação nos últimos dias, a de que o então professor tinha o hábito de assediar alunas.

Os boatos a respeito do comportamento do então ministro circulavam havia meses em Brasília, inclusive entre jornalistas. E se misturavam a supostos casos de assédio moral cometido por subordinados do titular dos Direitos Humanos. Entre as mulheres assediadas está a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Embora não haja uma descrição pública detalhada do assédio ou da importunação sexual que teria sofrido, a ministra divulgou uma nota em tom de desabafo minutos depois da demissão do colega de Esplanada. “Não é aceitável relativizar ou diminuir episódios de violência”, escreve em um trecho. “Reconhecer a gravidade dessa prática e agir imediatamente é o procedimento correto, por isso ressalto a ação contundente do presidente Lula e agradeço a todas as manifestações de apoio e solidariedade que recebi.” A nota prossegue: “Tentativas de culpabilizar, desqualificar, constranger ou pressionar vítimas a falar em momentos de dor e vulnerabilidade também não cabem, pois só alimentam o ciclo de violência. Peço que respeitem meu espaço e meu direito à privacidade. Contribuirei com as apurações, sempre que acionada”.

Anielle Franco pediu respeito à privacidade

Almeida nega as acusações e fala em complô

As acusações desnortearam o movimento negro, do qual Almeida era uma referência. A atriz Taís Araújo resumiu o sentimento de desencanto diante do episódio. “Quando uma violência é sofrida por uma mulher, todas sofrem. Mas quando isso acontece com a nossa comunidade da maneira como aconteceu nas últimas 24 horas é um soco na alma.”

A Polícia Federal iniciou uma investigação sobre as denúncias. O ex-ministro nega as acusações e se diz vítima de uma tramoia política para removê-lo do cargo.

No soar do gongo

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite da quarta-feira 11, o projeto que mantém a desoneração da folha de pagamentos de empresas e municípios em 2024, prevendo a reoneração gradual a partir de 2025. Foram 253 votos a favor, 67 contra e 4 abstenções. A aprovação ocorreu minutos antes do fim do prazo estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou que o governo e o Congresso encontrassem até 11 de setembro soluções para compensar a desoneração. O projeto prevê que valores esquecidos em instituições financeiras, cerca de 8,5 bilhões de reais, segundo o Banco Central, possam ser considerados no cumprimento da meta fiscal do governo. O texto segue para a sanção do presidente Lula.

Morre Fujimori

Um câncer no pulmão e outro na língua, além de outras doenças, selaram o fim do ex-ditador peruano Alberto Fujimori, aos 86 anos. Condenado a 25 anos de prisão por crimes contra a humanidade, Fujimori é um dos políticos mais infames da história recente da América do Sul, pródiga em figuras abjetas. Vencedor das eleições em 1990, aplicou um autogolpe em 1992. Sua ditadura ficou marcada não só por violações humanitárias, mas também por escândalos de corrupção e abuso de poder. Obrigado a fugir do Peru, Fujimori se exilou no Japão, terra de origem dos pais. Acabou preso durante uma viagem ao Chile e extraditado. Em 2009, foi condenado. Em 2017, acabaria solto por um perdão do governo, revogado pela Corte Interamericana. Voltou a ser solto no ano passado. Estava internado em um hospital de Lima em estado grave.

EUA/ Kamala não é Biden

Em debate da Filadélfia, a vice-presidente coloca Trump contra as cordas

Os democratas saíram exultantes dos estúdios da ABC News na terça-feira 10. Se em junho a eleição parecia perdida após o desastroso desempenho de Joe Biden no debate, a ponto de o presidente desistir da reeleição, desta vez foi Kamala Harris quem colocou Donald Trump na defensiva. Caindo nas iscas lançadas pela adversária, o republicano irritou-se ao ter sua ficha criminal exposta, ao ser acusado de cercear o direito das mulheres ao aborto, ao ser forçado a admitir que não tem um plano de assistência médica para substituir o Obamacare que tanto critica, ao ser questionado sobre sua amizade com o líder russo Vladimir Putin...

Desorientado, Trump enfiou os pés pelas mãos até nos tradicionais ataques à política imigratória do atual governo, quando apelou à *fake news* de que haitianos estariam devorando animais de estimação na cidade de Springfield, em Ohio, sendo prontamente desmentido pelos moderadores do debate. Os eleitores dos EUA notaram o despreparo do ex-presidente. Segundo uma pesquisa encomendada pela CNN, 63% dos espectadores avaliam que Kamala venceu a batalha, quase o dobro dos que apontaram um desempenho superior do republicano (37%). Resta saber em que medida o debate na Filadélfia influenciará o voto dos indecisos. Por ora, as pesquisas apontam uma disputa acirradíssima, com a democrata à frente em alguns estados-chave, enquanto Trump mantém a vantagem em outros.

Desorientado, o republicano apelou a *fake news* absurdas

Seu governo é acusado de graves violações aos direitos humanos

Nicarágua/ PRESSÃO INTERNACIONAL

BRASIL SE UNE A OITO PAÍSES PARA DENUNCIAR REGIME DE DANIEL ORTEGA

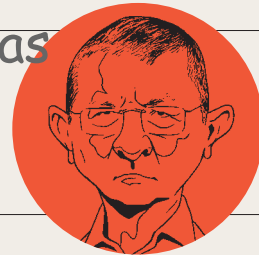
Após ter seu embaixador expulso da Nicarágua em agosto, o Brasil decidiu se unir a um grupo de oito países para denunciar às Nações Unidas graves violações aos direitos humanos cometidas pelo regime de Daniel Ortega, revelou o jornalista Jamil Chade, do portal UOL. A manifestação, também subscrita por Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai e Peru, apontará prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos forçados de opositores do governo nicaraguense.

As relações entre Brasil e Nicarágua vinham se desgastando desde que Lula tentou interceder, a pedido do papa Francisco, pela liberação do bispo católico Rolando José Álvarez, condenado a 26 anos de prisão por conspiração e divulgação de "notícias falsas". Em julho, Lula disse a jornalistas que Ortega recusou-se a atendê-lo para discutir o assunto.

Ao expulsar o embaixador Breno de Souza da Costa, o governo da Nicarágua alegou que ele não compareceu ao aniversário de 45 anos da Revolução Sandinista. Evocando o princípio da reciprocidade, o Itamaraty também expulsou a chefe da Embaixada da Nicarágua no Brasil, Fulvia Patricia Castro Matus. Desde então, as relações entre os países estão congeladas.

SAUL LOEB/AFP E JAIRO CAJINA/PRESIDÊNCIA DA NICARÁGUA/AFP

ALDO FORNAZIERI

Cientista político, professor da Escola de Sociologia e Política e autor, entre outros, de *Liderança e Poder* (Contracorrente)

O golpe da anistia

▶ Livrar a cara de quem tentou subverter a ordem no 8 de Janeiro é uma traição à Constituição e ao Estado de Direito

Em 8 de janeiro de 2023, os bolsonaristas tentaram um golpe de Estado e fracassaram. Tomaram de assalto as sedes dos Três Poderes e promoveram atos de vandalismo e depredação. O golpe foi planejado e organizado pela cúpula bolsonarista e tinha ramificações nas Forças Armadas, como têm demonstrado as investigações. A minuta do golpe, que circulou entre os líderes bolsonaristas, incluindo Bolsonaro, é uma prova documental de que o ato para tomar de assalto o poder foi pensado, planejado e executado como um objetivo. O golpe só não triunfou porque contou com escasso apoio no seio das Forças Armadas.

Com prisões e condenações de golpistas e com investigações ainda em curso que irão fundamentar novas prisões e condenações, agora os bolsonaristas querem viabilizar um projeto de lei que concede anistia aos golpistas presos e condenados e àqueles que vierem a ser presos e condenados no futuro. Trata-se de um novo golpe contra o Estado Democrático de Direito. Os bolsonaristas mostram não ter limites em sua ousadia de celerados.

O assalto e a depredação dos palácios dos Três Poderes, para além dos danos materiais, provocou um dano moral irreparável e assumiu uma dimensão simbólica que não pode ser esquecida na história futura do Brasil. E se não pode ser esquecida, não pode ser perdoada. E se não pode ser perdoada, seus autores não podem ser anistiados. Sequer o golpe de 1964 produziu tamanha agressão física e simbólica na consciência nacional como aquela produzida em 8 de janeiro.

Anistiar os golpistas significa dizer que o Estado Democrático de Direito é um pano de chão, que a democracia é um trapo rasgado e que a consciência democrática é uma mesquinharia qualquer. Anistiar os processados, os condenados e aqueles que vierem a ser processados e condenados significa dizer que nas eleições presidenciais futuras os derrotados têm direito de invadir as sedes dos Três Poderes, promover depredações e tentar tomar o poder pela violência.

Na medida em que essa anistia é um estímulo à tomada do poder pela violência, trata-se de uma medida antidemocrática e, portanto, inconstitucional, pois a Constituição é democrática. Ou seja: a anistia aos golpistas é uma violência política e moral contra a Constituição e a democracia.

Se a anistia é um estímulo a futuros atos golpistas e uma legitimação da interferência nos resultados de eleições futuras por atos de violência, evidencia-se o caráter falacioso do relator do PL, Rodrigo Valadares, que sustenta a tese de que ele serve para pacificar o País e despolarizar os embates políticos. Ora, como pacificar o País aprovando medidas que estimulam a violência política e o golpe?

Pretender que o Congresso aprove anistia para aqueles que o atacaram e tentaram fechá-lo é um contrassenso e um absurdo inconcebível. A conclusão é só uma: deputados e senadores que aprovarem a anistia trairão o Congresso, golpeando a democracia. Aprovar a anistia equivale a um ato e a uma intenção contrários à democracia.

É certo que a legislação confere ao Congresso a prerrogativa de aprovar a anistia. Mas a condenação dos golpistas de 8 de janeiro não está ocorrendo pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário. As condenações são proferidas pela mais alta Corte judiciária, a mesma Corte que tem a prerrogativa de ser a guardiã da Constituição.

A aprovação da anistia equivaleria à anulação de uma prerrogativa exclusiva do STF, a de julgar no caso do golpe, por outro poder, o Legislativo. Não há nenhuma previsão constitucional que confira ao Legislativo o poder de anular uma prerrogativa exclusiva do Judiciário nesse caso específico. Equivaleria a uma invasão de competências e a quebra do sentido republicano das relações entre os poderes.

A Constituição, do ponto de vista institucional, é a principal salvaguarda de si mesma e da própria democracia. Aprovar uma anistia a golpistas que quiseram destruí-la é algo contrário à letra e ao espírito da Constituição. Por isso, a anistia é inconstitucional.

A conclusão a que se pode chegar é a de que o projeto não tem nenhum interesse público. O interesse é de um grupo particular, de um grupo sedicioso, que tem atacado o Estado Democrático de Direito e os poderes constitucionais ao longo dos últimos anos. O projeto não busca a paz pública. Ao contrário. É um subterfúgio para preparar o caminho para novas tentativas de golpes no futuro.

É preciso dar um basta às tentativas e à cultura de golpes no Brasil. Esse basta só é possível se os golpistas forem punidos com o rigor da lei, sem anistia. A não punição de torturadores e de criminosos do regime militar sempre será uma fresta aberta para aqueles contrários à democracia e sempre prontos a planejar e promover golpes. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

O VÍRUS DO TIGRINHO

ALÉM DE FAVORECER O CRIME ORGANIZADO, A EPIDEMIA DAS *BETS* REPRESENTA UMA GRAVE AMEAÇA À SAÚDE PÚBLICA E À ECONOMIA

por MAURÍCIO THUSWOHL

Na noite de terça-feira 10, o motorista de aplicativo Níger Soares, de 38 anos, chegou um pouco mais cedo do trabalho para assistir a Seleção Brasileira jogar contra o Paraguai pelas Eliminatórias da Copa do Mundo. Apaixonado por futebol desde criança, o carioca, com formação em Publicidade, tinha "interesse dobrado" no resultado da partida, pois havia feito uma "fezinha" na vitória da equipe canarinho, que acabou não acontecendo. Há anos, ele luta contra a compulsão por apostas e jogos de azar. Soares não titubeia ao afirmar que a avassaladora chegada das empresas de apostas esportivas *online*, as chamadas *bets*, dificultou sua luta contra o vício: "A situação piorou. Tem muita propaganda em tudo quanto é lugar. As pessoas estão ficando endividadas, é muita gente", afirma, embora prefira não entrar em detalhes sobre sua própria situação financeira.

Soares é um dos 52 milhões de brasileiros que, de acordo com um levantamento feito pelo Instituto Locomotiva, fizeram ou costumam fazer apostas em *sites* na internet. Apesar de o governo federal ter finalizado o processo de cadastramento das empresas, primeiro passo para concretizar a regulamentação do setor no Brasil, pessoas como ele se veem especialmente vulneráveis às *bets*

INVESTIGAÇÕES DA PF APONTAM A PARTICIPAÇÃO DO PCC E DO CV NO ATRATIVO MERCADO

e são presas fáceis para outra praga social, o "jogos de cassino *online*", que seduzem com a ilusão da riqueza imediata. Entre os apostadores, o mais popular é o caça-níqueis eletrônico Fortune Tiger, conhecido no País como "Jogo do Tigrinho", que vem sendo letal para pessoas de baixa renda. Segundo a pesquisa, 79% dos que costumam fazer apostas na internet pertencem às classes C, D e E.

Estudos recentes completam o quadro de desafio à saúde pública e à economia nacional. Um deles, do Banco Itaú, mostra que em um período de 12 meses os brasileiros gastaram 68,2 bilhões de reais em apostas *online*. Outro, encomendado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), assustada com o impacto já percebido no mercado varejista, aponta que 86% dos apostadores estão endividados e 64% deles negativados no Serasa. Em um país onde 43% da população afirma não ter segurança financeira, a con-

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL E PF/SP

A máfia do jogo do bicho também tem conexões com casas de apostas sediadas no exterior

sultoria PwC do Brasil mostra que hoje, para as duas classes da base da pirâmide social, as apostas já equivalem a 76% das despesas mensais com lazer e cultura e a 5% do que é destinado à alimentação. Pesquisas estão sendo realizadas para mensurar também o impacto das *bets* e dos tigrinhos no orçamento destinado à educação das famílias brasileiras.

Indutoras do vício e da compulsão, as propagandas ilegais das casas de apostas *online* são também a porta de entrada para o cometimento de crimes. Neste mês, ganhou destaque no Brasil a prisão pela Polícia Civil de Pernambuco da advogada e influenciadora digital Deolane Bezerra, acusada de criar um *site* de apostas para lavar dinheiro proveniente do jogo do bicho e de outras atividades do crime organizado. Segundo os investigadores, ao me-

nos 30 milhões de reais foram movimentados pela empresa Esportes da Sorte, da qual Deolane é garota-propaganda.

O dono da *bet* é Darwin Filho, filho do bicheiro pernambucano Darwin Henrique da Silva, e a sede da empresa fica em Curaçao, paraíso fiscal caribenho a 4 mil quilômetros de distância do Recife. Além da possibilidade de apostas esportivas as mais variadas, o *site* permite acesso ao onipresente Jogo do Tigrinho. A polícia investiga a entrada do dinheiro do bicho e de outras apostas ilegais na empresa e sua utilização em contratos publicitários e aquisição de imóveis e carros de luxo.

Além de Deolane, que recebia da Esportes da Sorte, segundo as investigações, uma remuneração mensal de 1,6 milhão de reais, a Operação Integration apontou a participação do cantor sertanejo Gusttavo Lima, que teve 20 milhões de reais bloqueados pela Justiça. Sua empresa, a Balada Eventos e Produções, é suspeita de integrar um esquema de lavagem de dinheiro para *sites* de apostas ilegais. Lima, que foi alvo de denúncias de shows superfaturados em cidades pequenas do interior do Brasil durante o governo Bolsonaro, é garoto-propaganda da Vai de Bet, empresa do empresário paraibano José André da Rocha Neto, também envolvido em denúncias de manipulação de resultados em partidas de futebol.

O surgimento dos nomes famosos nas manchetes trouxe de volta a discussão sobre a participação de artistas, atletas ou influenciadores digitais como chamarizes para casas de apostas *online* nem sempre legais. Na semana passada, o apresentador Felipe Neto, que já foi garoto-propaganda do *site* Blaze ao lado de Neymar, divulgou vídeo em que se diz arrependido de ter feito propaganda para casas de apostas. "É um erro que eu não cometerei mais. Vocês sabiam que as apostas *online* estão arruinando a vida de milhões de brasileiros? Sete milhões de pessoas estão endividadas por causa das *bets*. No Reino Unido, 10% das pessoas que sofrem vício de jogo acaba tirando a própria vida", disse Neto aos seus 46 milhões de seguidores no Youtube.

Embora o papel de garoto-propaganda, por si só, não possa ser considerado um crime, especialistas ouvidos por *CartaCapital* afirmam que influenciadores aliados a práticas criminosas podem ser punidos: "Existem crimes praticados contra a economia popular e ilícitos contra o Código de Defesa do Consumidor que são ilegais e já podem incidir em sanções penais, independentemente da regulação das apostas. Crimes como, por exemplo, veicular propaganda que apresenta um produto fraudado ao qual o consumidor nunca vai ter acesso, lavagem de dinheiro ou propaganda envolvendo menores", alerta José Francisco Manssur, sócio da CSMV Advogados, ex-assessor especial do ministro Fernando Haddad e um dos elaboradores do plano de regulação das *bets* apresentado pelo Ministério da Fazenda.

ENDIVIDAMENTO ATINGE 86% DOS APOSTADORES, REVELA PESQUISA, A ALERTAR PARA OS IMPACTOS DO FENÔMENO NO VAREJO

Gusttavo Lima teve bens bloqueados pela Justiça. Deolane Bezerra acabou presa. Neymar e Felipe Neto eram garotos-propaganda de *bets*. Este último diz estar arrependido

Advogado especialista em *bets*, Raphael Barbieri diz ser preciso diferenciar aqueles influenciadores que promovem o jo-

REDES SOCIAIS

go responsável e fazem propaganda para *sites* em processo de licenciamento no País daqueles que divulgam o jogo como uma forma de as pessoas obterem altos rendimentos e enriquecerem. "No primeiro caso, os influenciadores atuam como um mecanismo legal de promoção dos *sites*. No segundo, estão atuando de forma ilegal e enganando as pessoas. As apostas devem ser vistas como forma de entretenimento, e não fonte de renda."

Os crimes eventualmente cometidos pelas "celebridades", entretanto, são apenas a face visível de um monstro que vai tomando forma cada vez mais assustadora. Investigações em curso apontam a participação das facções criminosas Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital, além de integrantes da cúpula do jogo do bicho, na expansão do atrativo "mercado" de *bets*. Em abril, a Polícia Federal prendeu dois parentes de Marcos Willians Camacho, o Marcola, na investigação que apura o envolvimento do PCC com a casa de apostas *online* Fourbet no Ceará. Em 2021, a PF descobriu um esquema em que Leandro Blumer, dono da casa de apostas Rondo Esportes, baseada em Rondônia, lavava dinheiro oriundo da venda de drogas pelo CV em oito estados brasileiros.

No Rio de Janeiro, a máfia do bicho, que mais tarde virou máfia dos caça-níqueis, agora pode ser chamada também de máfia das *bets*. Investigação iniciada pelo Ministério Público em 2022 aponta que o *capo* Rogério de Andrade está por trás da empresa Heads Bet, também com sede em Curaçao. "Nunca mais acharão que estamos fazendo algo ilegal", chegou a dizer um aliado de Andrade, em conversa interceptada pela polícia. O envolvimento do crime organizado com o mercado de *bets*, acrescenta a PF, está também na origem da morte do advogado Rodrigo Crespo, executado em fevereiro, em plena luz do dia, na entrada da seção da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro.

Barbieri afirma que os criminosos sempre inovam em seu *modus operandi*: "Já vimos *sites* que exploram jogos ilegais, outros que prometem resultados, mas não repassam os lucros obtidos aos apostadores e, agora com o caso desta influenciadora, *sites* de apostas usados para lavagem de dinheiro oriundo de atividades ilegais". Responsável pela investigação no caso de Deolane, o delegado Renato Rocha diz que o esquema em Pernambuco serviu para ocultação, lavagem e redistribuição do dinheiro do crime organizado: "Três fases clássicas desse tipo de crime".

O cadastramento feito pela Secretaria de Prêmios e Apostas, chefiada por Régis Dudena e subordinada ao Ministério da Fazenda, foi concluído em 20 agosto com o pedido de credenciamento de 113 empresas *bet*, sendo 40 operadoras estrangeiras. Mesmo com a entrada em vigor da nova regulamentação prevista para o primeiro dia de 2025, novidades ainda podem surgir. O deputado federal Zeca Dirceu, do PT, encomendou aos consultores da liderança do partido na Câmara um estudo para elaborar um projeto de lei para restringir a publicidade das *bets*, com proibições semelhantes às que existem para anúncios de cigarros e bebidas: "A propaganda do jogo *online* é tão prejudicial quanto era, no passado, a do cigarro. Está ceifando vidas, tirando dinheiro do arroz e do feijão, endividando famílias. Trata-se de uma epidemia. O Brasil precisa dar um basta a esse descalabro".

Dirceu diz considerar satisfatória a regulamentação feita pelo governo e aprovada pelo Congresso, mas ressalva que nenhuma regulamentação é estática: "Ela pode ser reavaliada e atualizada. Tem de esperar passar um certo tempo, pois ela pode estar sujeita a correções, a alterações em pequenos detalhes que melhorem a proposta original, definida e adequada para aquele contexto ou aquela realidade".

Uma das tarefas que se apresenta é dimensionar e combater a infiltração do crime organizado. "No mercado não regulado, era impossível ter qualquer mensuração da participação do crime organizado nas empresas de apostas *online*. Esperamos que, agora, com as empresas obrigadas a apresentar uma série de documentos e atestados, seja viável separar e manter no mercado brasileiro só as entidades que não estão ligadas a nenhum desses grupos", diz Manssur. O advogado avalia que o problema enfrentado agora decorreu da omissão do governo anterior: "Entre 2018 e 2022, mesmo tendo uma ordem prevista na Lei 13.756, Bolsonaro não regulou a atividade das apostas no Brasil. O governo atual em apenas um ano supriu essa omissão e estabeleceu uma regulação profunda sobre todos os temas, abordando questões relacionadas ao pagamento de tributos, mas também à propaganda e à lavagem de dinheiro. Agora está endereçando, via Ministério da Saúde, a questão do enfrentamento ao vício em jogo".

Conhecido como ludopatia, o vício nas apostas é outra enfermidade social que precisa ser prevista e tratada adequadamente no novo arcabouço regulatório. Para o psicólogo clínico Cristiano Costa, uma das cabeças à frente da Empresa Brasileira de Apoio ao Compulsivo (Ebac), nessa doença é impossível adotar uma política de redução de danos como nos casos de adição às drogas. "No transtorno do jogo patológico, existe um vício diferente, que se concentra no comportamento de apostar e que não necessariamente é gerador de danos". Melhor seria, diz o especialista, uma estratégia para diversificar os modos de obtenção de prazer associa-

O deputado Zeca Dirceu, do PT, defende restrições à publicidade das *bets*, semelhantes àquelas que são impostas para a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas

WASHINGTON COSTA/MP, PABLO VALADARES/AGÊNCIA CÂMARA, GUSTAVO BEZERRA/PT NO SENADO E PEDRO SOUZA/ATLÉTICO MINEIRO

do ao risco, bem como de diversão e entretenimento: "Também é necessária muita educação psicoemocional e financeira, já que é uma doença profundamente vinculada ao endividamento". Segundo estudos da entidade, ao menos 2 milhões de brasileiros sofrem de ludopatia severa.

Findo o cadastramento das *bets*, a Ebac ficará incumbida de adequar as empresas ao conceito de "jogo responsável" especificado na Portaria 1.231 publicada pela SPA em julho: "A fim de contribuir para o permanente aperfeiçoamento regulatório relativo ao jogo responsável, os agentes operadores de apostas deverão avaliar a possibilidade de obter certificação emitida por organismo que ofereça procedimento de certificação no tema". Para tanto, a Ebac concederá o certificado Compulsafe. "O selo foi criado para informar ao mercado que aquele operador de apostas promove as ações pelo jogo responsável e possui uma área dedicada à proteção e ao atendimento especializado dos apostadores com perfil de risco para dependência e outros problemas associados ao jogo", diz Ricardo Magri, executivo da empresa.

Obter o selo Compulsafe exigirá uma série de adequações por parte das casas de apostas. "Estamos falando de publicar de forma clara sua política própria de jogo responsável, informar aos apostadores os riscos da dependência no momento do cadastro, recusar cadastro de menores de 18 anos, disponibilizar mecanismos para parametrização de limites, definir critérios para bloqueio, exclusão e períodos de pausa, disponibilizar canais de atendimento dedicados ao acolhimento e proteção do jogador. Há uma série de elementos de controle que são de responsabilidade do operador implementar e que serão verificados independentemente para a obtenção do selo", diz Magri.

A COMPULSÃO POR APOSTAS E JOGOS DE AZAR ATINGE AO MENOS 2 MILHÕES DE BRASILEIROS

CEO da empresa galera.bet, Marcos Sabiá afirma que a certificação ajudará a separar o joio do trigo e a identificar as empresas à margem da lei: "O trigo são empresas que já se preocupam em realizar um tratamento adequado dos dados de seus jogadores, o chamado KYC (*know your client*), a fim de combater crimes como lavagem de dinheiro e manipulação de resultados, sem descuidar da publicidade adequada; tratando o jogo como diversão e não como enriquecimento, investimento ou geração de renda, ao mesmo tempo que identifica e trata eventuais casos de ludopatia". Segundo Sabiá, essas empresas estão preocupadas com uma relação de longo prazo com o jogador e isso inclui bom atendimento através de seus SACs e compromissos formais com órgãos como o Conar.

Professor da Unicamp e integrante do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Rafael Evangelista avalia que há várias boas propostas em debate: "Elas são necessárias e ajudariam não só na questão da publicidade relativa a jogos, pois várias dessas propostas poderiam contribuir para que houvesse maior responsabilização das plataformas pelos conteúdos que carregam". Muito se faz referência ao Marco Civil da Internet, diz o especialista, como se ele isentasse as plataformas de responsabilidade sobre os conteúdos: "Mas, a partir do momento em que as plataformas não são intermediários neutros desses conteúdos, elas passam a ser corresponsáveis. O Brasil precisa avançar na legislação e na ação efetiva contra esses anúncios maliciosos".

Enquanto abundam as boas intenções, a vida para quem está sujeito à maior vulnerabilidade social e sanitária frente ao fenômeno da proliferação dos *sites* de apostas *online* segue na incerteza. Enquanto aguarda nova oportunidade para tentar recuperar o dinheiro perdido com o futebol sofrível da Seleção Brasileira e assim garantir o pagamento dos boletos no fim do mês, Níger Soares diz não acreditar nas medidas pelo tal jogo responsável: "Acho que não vai adiantar, porque vai depender muito da vontade dos próprios jogadores. E são as próprias *bets* que vão ajudar? Seria legal se tivesse mais ajuda, talvez uma política pública mais séria e abrangente para tratar o problema". Fica a dica. •

José Francisco Manssur e Regis Dudena apresentam caminhos para a regulação do setor

VÍCIO GLOBAL

TheObserver A PROLIFERAÇÃO DAS APOSTAS TAMBÉM PREOCUPA A AUSTRÁLIA

por HELEN SULLIVAN, EM SYDNEY

É uma noite tranquila em Fairfield, subúrbio a oeste de Sydney, na Austrália. Em um pequeno prédio de tijolos, uma dúzia de frequentadores dos Apostadores Anônimos se serve de café, chá e empadinhas de carne. A reunião acontece num subúrbio que tem uma das menores rendas médias da cidade e os maiores níveis de perdas em jogos de apostas. Um quinto dos 25 clubes de jogos mais lucrativos do estado de Nova Gales do Sul está aqui, conforme dados do governo.

Um desses clubes, o Fairfield Returned and Services League (RSL), fica a apenas dois minutos de caminhada do centro de reabilitação. É um prédio totalmente em desacordo com os modestos blocos de apartamentos e a estação de trens decadente nas proximidades. Uma passarela para pedestres no interior é ladeada por palmeiras e samambaias, tem uma fonte elaborada, um grande saguão. Parece incongruente, isto é, até você perceber que seus arredores são seu suprimento vital. No interior, fora da visão da rua, há centenas de máquinas de jogos. O Fairfield RSL and Clubs Australia não respondeu a pedidos de comentário.

Nova Gales do Sul está atrás apenas do estado norte-americano de Nevada, onde fica Las Vegas, quando se trata do número de máquinas de jogos. Nova Gales do Sul abriga cerca de 90 mil máquinas, o equivalente a uma para cada 88 habitantes. Nevada, com uma população de 3,1 milhões, tem cerca de 120 mil. Mas é um problema em toda a Austrália. O país tem menos de 1% da população mundial e 18% das máquinas de pôquer, ou caça-níqueis, segundo o Australia Institute. O maior fabricante de máquinas de pôquer do mundo é uma empresa australiana chamada Aristocrat. A maioria das máquinas está em locais exclusivos de jogos, como cassinos. Daquelas que não estão nesses lugares, 76% ficam na Austrália. Pode não causar surpresa, portanto, que os australianos também sejam os maiores perdedores *per capita* do mundo, jogando fora 25 bilhões de dólares por ano, de acordo com o Instituto de Saúde e Bem-estar. Essa quantia enorme se deve em parte ao fato de que na Austrália a maioria das apostas não acontece em noitadas em cassinos reluzentes, mas silenciosamente nos bares que existem em cada esquina, ou no RSL local. Na maioria dos estados, é mais comum um bar ter máquinas de apostas, conhecidas na Austrália como *pokies*, do que o contrário. A única exceção é a Austrália Ocidental, que permite as máquinas apenas em cassinos e tem as menores perdas *per capita* em apostas do país.

UMA CAMPANHA PÚBLICA DEFENDE A PROIBIÇÃO TOTAL DOS ANÚNCIOS DE JOGOS DE AZAR

E as apostas *online* podem acontecer em qualquer lugar. Um relatório do

Apesar de ter 1% da população global, o país abriga 18% das máquinas

centro de pesquisas de jogos de apostas da Universidade Nacional Australiana, divulgado em julho, alertou que o jogo *online* "aumentou exponencialmente" no país, com um terço dos entrevistados tendo feito uma aposta *online* nos quatro meses anteriores. A maioria das empresas de apostas *online* na Austrália é licenciada no Território do Norte, que tem impostos e taxas menores. O território abriga apenas 1% dos australianos e tem uma economia de 32 bilhões de dólares.

Tim Costello, principal defensor da Aliança pela Reforma dos Jogos de Apostas, comparou o jogo na Austrália às armas nos Estados Unidos. Assim como para o controle de armas, a maioria dos australianos quer leis mais rigorosas sobre publicidade de jogos de azar. "De cada dólar que passa por uma máquina de pôquer, 63 centavos vêm de alguém viciado", afirma. Não há números definitivos sobre a quantidade de suicídios causados por jogos de azar na Austrália, mas, com base em Hong Kong, que tem taxas de jogos de apostas mais baixas, é provável que seja cerca de 20%, estima.

Recentemente, a discussão nacional sobre apostas ficou mais forte, instigada pelo governo trabalhista da Austrália, que propôs uma proibição parcial de publicidade de jogos de azar, muito aquém das recomendações de um relatório parlamentar histórico de 2023 que pedia a proibição total. Algumas empresas de mídia pressionaram o governo para impor uma proibição mais branda devido a preocupações com as receitas de publicidade.

Enquanto isso, o governo enfrenta a oposição de seus próprios parlamentares e os independentes pedem um referendo sobre uma proibição total. "Como se dois anúncios de tabaco por hora fosse bom", compara Costello. Os defensores recomendam que o jogo seja tratado como o cigarro, um problema de saúde. A Austrália proibiu anúncios de fumo em 1992. Hoje, menos de um em cada dez australianos fuma diariamente. Uma pesquisa de 2022 descobriu que três quartos tinham jogado no ano anterior.

O órgão que representa as empresas de apostas *online* é chamado Responsible Wagering Australia. Seu CEO, Kai Cantwell, disse que a organização está "comprometida a reduzir a exposição de crianças e indivíduos vulneráveis à publicidade de apostas, ao mesmo tempo que apoia esportes e emissoras que dependem desse financiamento. É crucial encontrar um equilíbrio que impeça os australianos de recorrerem a provedores *offshore* ilegais".

Se a Austrália tem uma religião nacional, é o esporte, diz Costello. E com acordos lucrativos de patrocínio de empresas de apostas e a alta audiência de anúncios, esporte e apostas estão unidos. Mas não há nada inerentemente australiano sobre apostas, acrescenta. "Temos a regulamentação mais frouxa do mundo. Só isso."

A proliferação de anúncios de jogos de aposta é um fenômeno relativamente recente. Quando uma decisão da Suprema Corte em 2008 foi favorável a uma empresa de apostas, houve um "aumento dramático" na publicidade de jogos de azar, segundo a Fundação de Apostas Responsáveis de Victoria. "Esta é a primeira geração de pais que teve de explicar a seus filhos assistindo AFL ou NRL o que é uma 'multi'", diz Costello, em referência às apostas em vários resultados agrupados em um. Na última década, houve um "aumento significativo do volume de publicidade de jogos de azar à qual os jovens são expostos", afirma a doutora Hannah Pitt, pesquisadora da Vic Health na Universidade Deakin.

Quando os frequentadores dos Apostadores Anônimos contam suas histórias, fica claro o grande número de maneiras de quebrar uma sequência sem apostas de um dia, ou seis anos, ou 20. Você pode apostar no seu telefone, em bares, clubes e casas de apostas esportivas. Pode apostar em esportes, política, *reality shows*, cavalos, cães, arreios e máquinas de pôquer. Um homem diz que está orgulhoso de si mesmo por se exercitar novamente, mesmo que isso signifique passar todos os dias por vários lugares onde ele poderia apostar. Os participantes perderam casamentos, foram presos, perderam suas casas no jogo, perderam empregos, famílias, amigos e sofreram com o vício em drogas. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

ISTOCKPHOTO

Na penumbra

PODER Em busca do comando do Senado, Davi Alcolumbre negocia uma aliança tática com o bolsonarismo

POR ANDRÉ BARROCAL

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 27
Impunidade. Os crimes do Carandiru estão prestes a prescrever

Imagine uma cidade com um estádio de futebol capaz de receber 38% da população. Ela existe. É Tartarugalzinho, de 12,9 mil habitantes, no Amapá. Em junho, a prefeitura inaugurou uma "arena" para 5 mil torcedores. Custou 7,6 milhões de reais, metade paga com recursos do orçamento federal obtidos por um senador amapaense, Davi Alcolumbre. O prefeito Bruno Mineiro é seu aliado. Elegeu-se em 2020 pelo DEM, o partido de Alcolumbre à época, e tenta a reeleição pelo União Brasil, lar atual do senador e sucessor do DEM. Tartarugalzinho é campeã *per capita* de verba de emendas parlamentares. De 2020 a 2023, ministérios em Brasília comprometeram-se a liberar ao município 87 milhões de reais, o equivalente a 6,7 milhões por habitante.

O Amapá tem mais quatro municípios na lista dos dez mais agraciados por emendas, *ranking* recém-preparado pela Controladoria-Geral da União a pedido de Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal. É a prova da força de Alcolumbre em Brasília, presidente do Senado em 2019 e 2020, tempos em que contribuiu para a arquitetura jurídica da farra das emendas. Fez de Rodrigo Pacheco seu sucessor em 2021 e quer voltar ao posto em 2025. "É uma tragédia", define um senador lulista, sobre a ambição do colega. Alcolumbre, segundo essa fonte, criou problemas para o governo e o STF e tem acordos de bastidor com o bolsonarismo para criar mais. Acertos destinados a reforçar sua campanha de volta ao comando do Senado, não só em 2025, mas também em 2027, primeiro ano do próximo governo.

Comenta-se no Congresso que Alcolumbre topa facilitar a aprovação da lei da anistia para os golpistas do 8 de Janeiro de 2023, caso seja aprovada pelos deputados. A anistia é uma bandeira dos bolsonaristas, que tentaram, em vão, votá-la na Comissão de Constituição e Justiça

O amapaense topa atuar como títere na guerra aberta contra o STF

da Câmara na terça-feira 10, na última semana de trabalho dos parlamentares antes da eleição municipal de outubro. A extrema-direita condiciona à aprovação da lei o apoio na disputa pelas presidências da Câmara e do Senado em fevereiro de 2025. "É uma das pautas mais importantes da direita, se não for a principal", repete o deputado que cuida do projeto na Câmara, o sergipano Rodrigo Valadares, do União Brasil, sigla de Alcolumbre. A Procuradoria-Geral da República denunciou 1.644 envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, dos quais 227 foram julgados e condenados pelo Supremo. Jair Bolsonaro tem tudo para fazer companhia a

Ambição. Alcolumbre almeja cumprir dois mandatos na presidência do Senado

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL E MIGUEL SCHINCARIOL/AFP

essa turma. "A anistia não é uma agenda só contra o governo, é contra o Supremo", teoriza um deputado líder partidário.

Mais do que a Câmara, é o Senado que pode encurralar a Corte. Cabe aos senadores abrir um processo de *impeachment* contra um juiz do STF. A oposição quer a cabeça de Alexandre de Moraes, relator de inquéritos contra Bolsonaro. Na terça-feira 10, apresentou um pedido de cassação do magistrado no qual propõe praticamente um processo criminal comum. Solicita buscas em endereços de Moraes, apreensão de telefones e computadores e a quebra de sigilos comunicacionais. Mostra interesse especial em conversas do ministro com três personagens: os juízes Airton Vieira, que trabalha com o juiz no STF, e Marco Antonio Vargas, ex-colaborador no Tribunal Superior Eleitoral, e o perito computacional Eduardo Tagliaferro, outro ex-colaborador do TSE. Em agosto, a *Folha de S. Paulo* noticiou a existência de mensagens trocadas pelo trio e interpretou-as como pistas de comportamento judicial "fora do rito" de Moraes.

Para salvar a pele de Bolsonaro, a oposição busca devassar a vida do juiz e do delegado federal Fabio Shor, responsável pelos inquéritos das joias, dos cartões de vacina, da tentativa de golpe de 8 de janeiro e das milícias digitais. Em 2 de abril, a PF mandou ao STF informações de uma investigação a respeito das bisbilhotagens que certos agentes públicos fizeram contra aqueles que o bolsonarismo tenta intimidar. A bisbilhotagem é uma das razões para Moraes ter banido o ex-Twitter do Brasil. O magistrado entendeu que a rede social de Elon Musk estava a serviço da devassa. Por meio da plataforma, os arapongas exporiam a intimidade de Shor e outros policiais. "A investigação demonstrou a participação criminosa e organizada de inúmeras pessoas para ameaçar e coagir delegados fe-

derais que atuam ou atuaram nos procedimentos investigatórios contra milícias digitais e a tentativa de golpe de Estado", descreve a decisão que baniu o X.

Pacheco não parece disposto a dar andamento ao *impeachment* do juiz. E Alcolumbre, caso assuma a presidência da Casa? A aliança do amapaense com o bolsonarismo pariu no Senado, em 2023, uma agenda anti-Supremo. Tudo feito a partir da Comissão de Constituição e Justiça, comandada pelo amapaense. Entre elas, a mudança na Constituição que retira poderes dos juízes do tribunal. Estava adormecida na Câmara até Arthur Lira, o presidente da Casa, enfurecido com o cerco do STF às emendas parlamentares, botá-la para andar. Os bolsonaristas queriam votá-la numa comissão nos últimos dias, mas não conseguiram.

Alcolumbre também jogou água no moinho da oposição. Permitiu o avanço da convocação de um plebiscito sobre aborto e deixou-a aos cuidados de um colega evangélico, Magno Malta, do PL capixaba. E deu o pontapé inicial na criminalização da posse de drogas. Os senadores aprovaram-na em abril e, desde então, o tema está na Câmara. Ao passar pelo crivo inicial dos deputados em uma comissão, recebeu sinal verde, com base em parecer de Ricardo Salles, do PL paulista. O que o bolsonarismo acha de o ídolo Donald Trump ter dado apoio público, na segunda-feira 9, à liberação da maconha na Flórida, com o argumento de que "é hora de acabar com prisões e encarceramentos desnecessários de adultos por pequenas quantidades de maconha para uso pessoal"?

A oposição bolsonarista tem as vagas de senadores em 2026 como prioridade total. "A coisa mais importante da vida do Bolsonaro é a eleição do Senado", disse em junho, ao jornal *Valor*, o senador Ciro Nogueira, ex-ministro da Casa Civil do capitão. O bolsonarismo sonha em usar a casa como *bunker* contra o Supremo. Flávio Bolsonaro deve tentar a reeleição pelo Rio de Janeiro. O irmão Eduardo, deputado, é um nome para concorrer por São Paulo. Michele, a madrasta da dupla, é cogitada, falta saber o estado.

Esgrima. A Câmara adiou a votação da anistia aos golpistas. O Supremo continua de olho no orçamento secreto

Seria apenas coincidência que, diante desse pano de fundo, o Supremo tenha, sem alarde, feito mover um embaraço criminal para Alcolumbre? Tramita na Corte, em sigilo, uma acusação de confisco de parte do salário de funcionários do gabinete no Senado. Ou seja, de "peculato", crime de um agente público que embolsa bens ou valores dos quais deveria cuidar. No popular, "rachadinha", termo consagrado graças a Flávio Bolsonaro.

A acusação a Alcolumbre chegou ao Supremo em maio de 2022. Sete meses

ARQUIVO/STF E ARQUIVO/AGÊNCIA CÂMARA

Corre no Supremo, em sigilo, uma investigação sobre "rachadinhas" no gabinete de Alcolumbre

antes, despontara na mídia. O amapaense, segundo a *Veja*, teria se apropriado de 2 milhões de reais entre 2016 e 2021. No STF, o caso foi entregue a Rosa Weber. A juíza aposentou-se em setembro de 2023. Dino herdou os processos, ao tomar posse em fevereiro de 2024. Entre a aposentadoria e a posse, a acusação não ficou parada. Edson Fachin, relator provisório com base nas regras internas do tribunal, assinou um despacho e duas decisões. O primeiro foi em 1º de dezembro do ano passado, dia da posse de Paulo Gonet como procurador-geral da República, para quem o processo foi enviado naquele momento. Uma das decisões foi em 20 de dezembro, último dia de trabalho do STF antes das férias. A outra, em 14 de fevereiro de 2024, a Quarta-Feira de Cinzas. Detalhe: Fachin será o próximo presidente do STF.

Independentemente das "rachadinhas", "o Supremo tem toda a ficha dele (Alcolumbre) no orçamento secreto", diz aquele lulista que vê uma "tragédia" na volta do amapaense ao comando do Senado. O "orçamento secreto" é um capítulo da história iniciada em 2015 de apropriação crescente de verbas orçamentárias pelo Congresso. Naquele ano, os parlamentares puseram na Constituição que o governo estava obrigado a liberar dinheiro para obras inseridas individualmente por deputados e senadores no orçamento. Como presidente do Senado em 2019, Alcolumbre liderou a aprovação da obrigatoriedade no caso de emendas coletivas e deu andamento à criação das "emendas Pix". Tudo somado, surgiu o "orçamento secreto". De 2019 para 2020, o bolo das emendas cresceu de 13 bilhões para 36 bilhões de reais, dos quais 20 bilhões de "orçamento secreto" puro-sangue.

Em agosto, Flávio Dino tomou providências para fazer valer um julgamento de dezembro de 2022 do STF que decretara a morte do "orçamento secreto". E contra a farra e o gigantismo das emendas. Foi quando requisitou à CGU um relatório sobre as cidades mais agraciadas com emendas de dois tipos específicos: as RP 9, que são o "orçamento secreto" puro-sangue, e as RP 8, usadas pelos congressistas para driblar o Supremo. Para a CGU, os dois tipos padecem dos mesmos males. Falta de transparência quanto ao autor da emenda e ao caminho do dinheiro entre Brasília e o destino. Preferência por obras novas em detrimento de uma penca de outras paralisadas de norte a sul. Baixa capacidade municipal de controlar os recursos. Segundo a CGU, ações na área do desenvolvimento regional lideram os gastos de emendas parlamentares. Alcolumbre é o padrinho da nomeação do ministro do Desenvolvimento Regional, o conterrâneo Waldez Goés.

O governo não quer ver Alcolumbre de volta à presidência do Senado. A portas fechadas, o líder lulista no Senado, Jaques Wagner, nunca se compromete com a candidatura. Sua percepção é que nem todo mundo na Casa está satisfeito com o plano do amapaense. O próprio Wagner é um dos insatisfeitos. O motivo é o, digamos, estilo de Alcolumbre, similar ao de Arthur Lira: faca no pescoço. Na Câmara, Lira inclina-se, neste momento, pela candidatura de Hugo Motta, do Republicanos. Há mais dois nomes no páreo, ao menos: Antonio Brito, do PSD, e Elmar Nascimento, do União Brasil. No Senado, o jogo é, no entanto, bem mais nebuloso e delicado. Uma negociação que o governo e o PT pretendem tocar logo após a eleição municipal. •

Manual de sobrevivência

DESINFORMAÇÃO Como os brasileiros podem proteger-se da avalanche de *fake news* que contamina o debate eleitoral

POR EDUARDO MOREIRA DA SILVA*

Os processos eleitorais têm sido marcados por desafios muito expressivos na contemporaneidade. Um dos principais está relacionado ao combate à desinformação, que se tornou uma estratégia de marketing político auspiciosa o bastante para eleger presidentes. O fenômeno é potencializado pelo fato de a maior parte das pessoas estar hoje vinculada às plataformas de tecnologia e distribuição de mensagens.

Para manter a competição justa, o Tribunal Superior Eleitoral tem se empenhado em formular regras capazes de oferecer respostas aos problemas de cada ciclo. Até 30 de agosto de 2024, os tribunais regionais produziram 239.740 decisões sobre as eleições municipais deste ano. A integridade delas depende de regras claras e de informações assertivas e públicas. Nesse sentido, elenco, abaixo, algumas medidas simples, mas que são capazes de auxiliar os eleitores na escolha do candidato em cenário de desinformação amplamente disseminada.

O primeiro ponto está relacionado à fonte da notícia. O jornalismo profissional é bem conhecido da população brasileira e está distribuído entre a mídia impressa, com jornais e revistas, e os canais do audiovisual, com emissoras de rádio e televisão. Para o público, de modo geral, é importante verificar a fonte da qual recebeu uma informação antes de compartilhá-la, caso pretenda fazê-lo.

O segundo elemento importante é a leitura do texto completo da reportagem, entrevista ou artigo, e não apenas o seu título. Isso porque um texto com desinformação pode conter partes de notícias verdadeiras, mas a leitura do texto completo permitirá ao eleitor emitir um juízo mais ampliado de toda a matéria, que pode conter informações corretas, mas mescladas com falsas ou distorcidas, com um propósito claro de enganar e fazer com que alguns candidatos sejam favorecidos e outros prejudicados.

O terceiro item importante, sem custos de ser verificado, é o endereço eletrônico da matéria. Como destacado acima, não é trabalhoso identificar os canais da imprensa tradicional, que tem grandes equipes de jornalistas profissionais para produzir e checar as informações antes de veiculá-las. Portanto, desconfie se o endereço eletrônico for desconhecido.

> O TSE compartilha notícias verificadas por agências de checagem na página "Fato ou Boato"

O quarto ponto está relacionado ao anterior. Além da matéria recebida, é relevante ler outros textos do mesmo *site* para avaliá-las quanto à veracidade das informações presentes nos textos. O fato de não estar relacionado aos grandes canais da mídia pode ser uma pista de que a fonte não é segura. Lendo outras matérias, é possível constituir um juízo mais aprofundado sobre a seriedade daquela fonte que produziu a informação.

O quinto elemento relaciona-se à utilização da própria internet para buscar outras informações existentes sobre o *site* que publicou a notícia recebida. Existem buscadores que possibilitam saber, inclusive, qual é a avaliação de outros usuários sobre o serviço prestado. Portanto, o eleitor teria condições de emitir uma avaliação ampliada, com base no contato de outros usuários da internet com aquele veículo de comunicação.

O sexto ponto está relacionado à capacidade de julgamento em relação aos *sites* cujo teor principal é a divulgação de notícias sensacionalistas. Geralmente, os títulos das matérias com aquele teor buscam captar a atenção das pessoas com algo bastante incomum de ter acontecido, mas que leva a atenção dos leitores para aquele conteúdo. Esse item, combinado ao item dois mencionado acima, oferecerá condições para que os eleitores tenham uma visão mais ampliada dos propósitos daquele *site*.

O sétimo item a ser considerado está relacionado ao modo como foi escrita a matéria. Importante ficar atento aos erros de ortografia e gramática. Além disso, observe como estão estruturadas as frases, pois alguns textos falsos foram

ISTOCKPHOTO

Desafio. Para assegurar uma competição justa, é preciso combater a indústria da mentira

apenas traduzidos de outros idiomas, como o inglês. A estruturação das frases não é comum à língua portuguesa.

O oitavo ponto está relacionado à conferência da notícia em outros *sites*. Em geral, os grandes veículos de comunicação produzem matérias sobre os mesmos assuntos e por razões diversas. O modo como a notícia é descrita pode variar de uma para outra. Ao ler o que foi escrito por outros veículos de comunicação, é possível ter melhores condições de avaliar a veracidade da notícia que está sendo veiculada.

O nono ponto relaciona-se à conferência sobre a data de publicação da reportagem. Isso porque muitas notícias falsas são elaboradas com o uso de uma afirmação verídica, mas aplicada fora do contexto e do tempo no qual a matéria está sendo veiculada. Por fim, o décimo e último ponto relevante para o eleitor é conferir a autoria do texto, pois os jornalistas profissionais dos veículos sérios de comunicação tendem a ser reconhecidos pela visibilidade que possuem, derivada da própria profissão.

Caso o eleitor esteja sem tempo e energia para seguir os passos sugeridos acima, consulte a página "Fato ou Boato" do TSE, que possui parceria com diversas agências de checagem do País. A maioria delas tem *chatbot* do WhatsApp, por meio do qual o eleitor pode submeter um texto, áudio ou vídeo para obter rápido retorno sobre a veracidade das informações. •

** Professor adjunto do Departamento de Ciência Política da UFMG e pesquisador do Observatório das Eleições.*

Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto Observatório das Eleições 2024, uma iniciativa do Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação. Sediado na UFMG, conta com a participação de grupos de pesquisa de várias universidades brasileiras. Para mais informações, ver: https://observatoriodaseleicoes.com.br.

Todos contra todos

FORTALEZA Com direita e esquerda rachadas, quatro candidatos disputam palmo a palmo passagem para o segundo turno das eleições

POR FABÍOLA MENDONÇA

Nas eleições deste ano, Fortaleza tornou-se palco de batalhas fratricidas entre candidatos do mesmo campo ideológico. À direita, Capitão Wagner, do União Brasil, engalfinha-se com o deputado federal André Fernandes, do PL, apoiado por Jair Bolsonaro. Pelo campo progressista, a queda de braço se dá entre o prefeito José Sarto, do PDT, em busca de reeleição com a bênção de Ciro Gomes e do ex-prefeito Roberto Cláudio, e o deputado estadual Evandro Leitão, alçado a candidato pelo ministro da Educação, Camilo Santana, com o apoio do presidente Lula e do governador Elmano de Freitas, todos do PT, além do senador Cid Gomes, do PSB. Por disputarem fatias específicas do eleitorado, são remotas as chances de um segundo turno disputado entre políticos do mesmo grupo político. Um sobe à custa do outro.

Até pouco tempo, os institutos apontavam folgada liderança de Wagner, mas o cenário começa a mudar. Na quarta-feira 11, o ex-PM somava 24% das intenções de voto na Quaest, seguido de perto por Fernandes (21%), Evandro Leitão (21%) e José Sarto (18%). Antes, o AtlasIntel já havia indicado uma erosão na dianteira de Wagner, que até julho figurava com 33% em algumas sondagens. Além da concorrência bolsonarista, o candidato é assombrado pela fama de "cavalo paraguaio", aquele que dispara na largada, mas refuga na reta final.

Há dois anos, na sucessão para governador, Wagner esteve na liderança até as vésperas da votação, mas o petista Elmano de Freitas terminou eleito ainda no primeiro turno. Em 2020, perdeu a prefeitura de Fortaleza no segundo turno para Sarto por uma diferença de apenas 3% dos votos. "Capitão Wagner tem um *recall* importante, já foi candidato várias vezes, bateu na trave em 2020, foi deputado estadual, federal, vereador, sempre com votações muito expressivas. Ficou muito conhecido por sua participação no motim dos policiais militares, em 2012, e é um nome forte da direita cearense", comenta a socióloga Monalisa Torres, professora da Universidade Estadual do Ceará e pesquisadora do Observatório das Eleições. "Mas a tendência é que ele perca um pouco do seu eleitorado, considerando que André Fernandes se coloca como o mais fiel representante do bolsonarismo no Estado. Wagner sempre começa em vantagem nas pesquisas, mas parece possuir um teto, que não consegue superar."

> **Capitão Wagner, André Fernandes, Evandro Leitão e José Sarto estão tecnicamente empatados, segundo a pesquisa Quaest**

Apesar de muito jovem – tem apenas 26 anos –, André Fernandes também acumula um capital político importante. Foi o campeão de votos em 2018, quando disputou uma vaga para a Assembleia Legislativa, e em 2022, ao se eleger

REDES SOCIAIS/ANDRÉ FERNANDES E REDES SOCIAIS/CAPITÃO WAGNER

deputado federal. Domina como poucos o traquejo nas redes sociais, acumulando 1,8 milhão de seguidores no Instagram, no qual sempre se apresentou como um soldado da extrema-direita. Em agosto, contou com a presença de Bolsonaro em uma motocarreata, evento que marcou o lançamento da sua campanha, e, em abril, recebeu em Fortaleza Nikolas Ferreira, deputado federal e um dos um expoentes jovens da extrema-direita.

Agora, para ir além da bolha extremista, Fernandes modera o discurso, visando atingir parcelas mais amplas do eleitorado. Em recente entrevista, disse que vai dialogar, caso eleito, com o governador Elmano de Freitas e com o presidente Lula, por representar, como prefeito, não apenas o segmento conservador, mas toda a sociedade. Já Wagner distanciou-se de Bolsonaro nos últimos anos, exatamente para escapar da pecha de radical.

"Nesse momento, ambos caminham para o centro, mas com estratégias diferentes", observa Torres. Ao mesmo tempo que se diz aberto ao diálogo com adversários se for eleito, Fernandes mantém um agressivo discurso de "combate à corrupção e à velha política". Já Wagner, além de afastar-se de Bolsonaro, busca descolar-se da imagem de político monotemático, por ter levantado por muitos anos a bandeira da segurança pública como pauta prioritária e quase única. Agora, busca associar-se ao perfil de gestor público, valendo-se da experiência como secretário de Saúde de Maracanaú, município da Região Metropolitana de For-

Ex-aliados. Para afastar a pecha de radical, Capitão Wagner distanciou-se de Bolsonaro, ora engajado na campanha do jovem deputado André Fernandes

taleza, cargo que assumiu após perder a eleição para governador em 2022.

No campo progressista, a cisão começou em 2020, quando PT e PDT estiveram em palanques distintos na corrida pela prefeitura de Fortaleza, e foi potencializada na disputa estadual, em 2022, com o fim de uma aliança histórica de 16 anos entre os dois partidos. Para carimbar o passaporte para o segundo turno, Sarto conta com o peso da máquina municipal e com o capital político de Roberto Cláudio, que deixou a prefeitura com alto índice de aprovação. Já o neopetista Evandro Leitão precisa superar a dificuldade de ser pouco conhecido do eleitorado da capital, apesar de presidir a Assembleia Legislativa do Ceará. Para isso, aposta todas as fichas nos padrinhos políticos. Lula esteve no lançamento de sua campanha e deve voltar a Fortaleza antes do primeiro turno para pedir voto para o candidato petista. Camilo Santana resolveu puxar para si a empreitada e se licenciou do Ministério da Educação para entrar de cabeça na campanha do correligionário. Cid Gomes também passou a fazer agendas com Leitão. A movimentação começa a render frutos. Na pesquisa Quaest, ele conseguiu ultrapassar Sarto e abrir três pontos de vantagem, ainda que dentro da margem de erro.

A briga dos irmãos Cid e Ciro Gomes aprofundou a cisão entre PT e PDT

"Fico muito honrado de poder contar com o apoio do maior presidente da história deste país, do ministro da Educação e ex-governador do Ceará que enfrentou a pandemia de forma exemplar, se destacando como um líder, e do apoio do senador e ex-governador que iniciou o processo de transformação num estado modelo para a Educação do Brasil. Esses nomes fortalecem nossa campanha e dão a certeza aos eleitores de que farão a escolha certa votando no nosso projeto", afirma Leitão. Um dos principais calos da gestão Sarto é também o trunfo do candidato petista para superar o ex-aliado e garantir vaga no segundo turno: a taxa do lixo, implantada pela prefeitura e motivo de insatisfação generalizada entre os fortalezenses. O tributo corresponde a valores anuais que vão de 258 reais a 1,6 mil reais, a depender da metragem das residências. Moradores de baixa renda estão isentos.

"Havia certa dissidência interna no PDT, uma parcela do partido queria um nome com mais competitividade, porque Sarto estava desgastado. Mas as principais figuras da sigla no Estado, Ciro e André Figueiredo (deputado federal e presidente da legenda) defenderam que a candidatura dele é natural e, portanto, o prefeito tem o direito de disputar a reeleição", explica Torres, lembrando que o PDT passou por um processo de inanição depois do racha dos irmãos Ferreira Gomes. Ciro ficou com o PDT e Cid assumiu o comando do PSB no Estado, levando consigo mais de 80% dos prefeitos do partido. •

REDES SOCIAIS E RICARDO STUCKERT/PR

Duelo de padrinhos. O neopetista Evandro Leitão conta com Lula no palanque. O prefeito José Sarto fia-se no apoio de Ciro Gomes

Herança maldita

MASSACRE DO CARANDIRU Um imbróglio jurídico provocado por Jair Bolsonaro assegura a impunidade de 74 policiais condenados pela matança em 1992

POR MARIANA SERAFINI

"Se lei foi aplicada para mim, por que não serve para eles?", indaga Maurício Monteiro, sobrevivente do Massacre do Carandiru, ao comentar a situação dos 74 policiais militares condenados pelo assassinato de 77 das 111 vítimas da violenta repressão a um motim na Casa de Detenção de São Paulo, há quase 32 anos. Entre 2013 e 2014, eles foram sentenciados a penas que variam entre 48 e 624 anos de reclusão, mas permanecem livres, beneficiados pela letargia do Judiciário e por um controverso indulto concedido pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Após as decisões da primeira instância, os condenados puderam recorrer em liberdade. Em 2016, o Tribunal de Justiça de São Paulo anulou os julgamentos, sob a alegação de que não houve a individualização da conduta de cada agente. Acolhendo um recurso do Ministério Público, o Superior Tribunal de Justiça restabeleceu as condenações em junho de 2021. A defesa dos policiais ainda bateu à porta do Supremo Tribunal Federal, mas o ministro Luís Roberto Barroso reconheceu o trânsito em julgado do processo. Não havia, portanto, mais espaço para apelações.

Parecia o fim da linha para os algozes do Carandiru, mas a novela judicial ganharia novos e dramáticos capítulos. Antes de deixar a Presidência da República, em 2022, Bolsonaro concedeu um indulto aos condenados. Em 2023, a Procuradoria-Geral da República questionou a constitucionalidade da iniciativa, por entender que crimes hediondos e de lesa-humanidade não podem ser objeto de perdão presidencial. Em decisão liminar, Rosa Weber, do STF, suspendeu a validade do indulto. Com a aposentadoria da ministra, o caso passou para a relatoria de Luiz Fux, que autorizou o TJ de São Paulo a julgar a revisão das penas enquanto o Supremo não tomava uma de-

EPITÁCIO PESSOA/ESTADÃO CONTEÚDO

História. O presídio agora é um parque público, mas os sobreviventes lamentam o desprezo pela memória do massacre

cisão definitiva sobre o tema. Só que, em agosto, o tribunal paulista decidiu que o indulto é, sim, constitucional.

"Veja a dimensão do imbróglio: quando o ministro Fux autoriza o julgamento pelo TJ de São Paulo, os desembargadores entendem que o indulto é válido. Mas essa discussão ainda está pendente de decisão do STF, que eventualmente poderá dizer que é inconstitucional", observa a advogada Luisa Moraes Abreu Ferreira, professora de Direito Penal da FGV de São Paulo. "Os policiais já foram julgados, a condenação transitou em julgado. Mesmo assim, o caso continua sem um desfecho."

Dos 74 policiais condenados, cinco morreram impunes, sem cumprir um dia sequer de prisão. Mais de 20 estão aposentados com salários superiores a 10 mil reais mensais. Há poucos dias, um dos desembargadores do TJ paulista colocou em dúvida se o Massacre do Carandiru é mesmo um "crime contra a humanidade". Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, Damião Cogan argumenta que "não houve qualquer ataque armado à população civil mas, um ato legítimo do Estado de intervenção em presídio onde uma rebelião de grandes proporções ocorrera com inúmeras mortes de presos". Para Ferreira, a declaração do magistrado é espantosa: "São PMs com condenações definitivas por homicídio doloso. Ou seja, não tem mais discussão sobre a condenação. Ainda assim, há o risco de que eles não cumpram pena por conta desse indulto do Bolsonaro".

É um verdadeiro escárnio. Comandante da desastrosa operação na Casa de Detenção de São Paulo e condenado a 632 anos de prisão em 2001, o coronel Ubiratan Guimarães pôde recorrer em liberdade e elegeu-se deputado estadual no ano seguinte com o número 14.111, em alusão ao total de mortos no massacre. Durante o mandato, defendeu seu "legado" no complexo penitenciário. Em 2006, acabou absolvido pelo órgão especial do TJ de São Paulo, que entendeu que o policial agiu, durante a rebelião, no "estrito cumprimento do dever legal". Meses depois, foi assassinado a tiros em seu apartamento. Dias depois, um muro em frente ao prédio onde morava amanheceu pichado com a frase: "Aqui se faz, aqui se paga".

Denunciado no processo do Carandiru por estar à frente de um pelotão que participou do segundo momento da operação, denominada de "varredura", logo após o assassinato de 111 presos, o coronel Sergio de Souza Merlo foi nomeado por Tarcísio de Freitas para assumir a Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário. Durante a tal "varredura", os presos, já rendidos, foram obrigados a passar por um "corredor polonês", formado por policiais militares, ocasião na qual foram espancados com golpes de cassetetes, barras de ferro, coronha de revólver, pontapés e mordidas de cachorro. Apesar

de denunciado, Merlo não chegou a ser julgado, pois os crimes imputados prescreveram. De nada adiantaram os protestos de entidades de direitos humanos contrárias à nomeação. O coronel permanece no cargo designado pelo governador paulista.

Maurício Monteiro não sabe como sobreviveu à invasão no Pavilhão 9. "Foram meus orixás que me protegeram", especula. Três décadas depois, é ativista pelos direitos humanos, mantém um canal no Youtube que leva o nome de sua matrícula prisional, "Prisioneiro 84901", onde fala sobre o sistema prisional brasileiro e passa uma mensagem de esperança a jovens periféricos. Atualmente, trabalha como arte-educador no Parque da Juventude, que foi construído no lugar onde ficava o antigo Carandiru.

"Honestamente, não acho que a prisão desses policiais é o mais relevante. Claro que é importante eles cumprirem as penas. Eles foram condenados, como eu também fui. Mas o que eu mais desejo é reparação às vítimas e preservação da memória", diz. O Memorial Carandiru conserva antigas celas e estava aberto a visitas, mas há algum tempo a administração começou a dificultá-las, denuncia Monteiro. "Primeiro, começaram a dizer que precisava agendar. Depois, passaram a reservar datas apenas para ocasiões especiais. É uma tentativa de apagamento da memória."

O Supremo tarda a analisar a validade do controverso indulto concedido pelo ex-presidente

André du Rap – não confundir com o homônimo chefe do PCC – tinha 21 anos quando os policiais invadiram o Pavilhão 9, onde estava preso. Para escapar da morte, o jovem se escondeu entre os corpos e ali permaneceu por horas, se fingindo de morto, até a polícia desocupar a área. Hoje, o sobrevivente do massacre é poeta, escritor e compositor de músicas de *rap*. Na prisão, aprendeu modelaria, corte e costura, e atualmente têm três marcas de roupa. Desenvolveu também habilidades de carpintaria, que transmite a outras pessoas de sua comunidade, ensinando-as a construir suas próprias casas de madeira, de até três andares, igual à que ele vive. Aos jovens, ensina ainda como montar e fazer manutenção de bicicletas. "A gente junta peças em ferro velho e monta uma *bike* do zero."

Autor de um dos livros de referência sobre o massacre, *Sobrevivente André du Rap* (Editora Hedra), ele acredita que, com trabalho e vontade e política, é possível reconstruir o território do antigo Carandiru de forma integrada à comunidade. "Fizeram o Parque, que é muito bom para o lazer do povo, mas não podemos esquecer a tragédia que aconteceu ali." Ele reivindica a instalação de uma biblioteca no espaço e sonha até com um complexo de moradias populares. "A gente sai do parque e tem um monte de família morando embaixo do viaduto, não precisava ser assim", lamenta o escritor. "Minha vida é lutar por defesa dessa memória." •

ARQUIVO/ALESP, REDES SOCIAIS E ACERVO NELSON KON

Resistência. Maurício Monteiro luta para manter o Memorial do Carandiru aberto ao público. O coronel Ubiratan morreu impune

Limpa e justa

ANÁLISE Da batalha no Equador aos impasses na Amazônia, é hora de pensar na transição energética para todos

POR BIANCA BARBOSA E LUTI GUEDES*

Nos dias 28 e 29 de agosto, em Puyo, Equador, transcorreu o Primeiro Encontro Internacional pelo Yasuní, convocado pela Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE), organização que congrega a governança dos povos indígenas da região, em meio ao marco de um ano do plebiscito nacional que em agosto de 2023 aprovou o fim da exploração de petróleo no Yasuní, marco histórico nacional, regional e global.

O encontro internacional, que reuniu povos indígenas, movimentos sociais e ativistas socioambientais também do Brasil, Colômbia, Peru, entre outros países, aconteceu pelo reconhecimento de que a experiência do Yasuní é uma oportunidade histórica para frear a crise climática. Encerrar a exploração de combustíveis fósseis é o primeiro passo para um paradigma de vida que não seja baseado no extrativismo predatório e seus efeitos desreguladores e poluentes de ecossistemas. Como é possível viver sem depender de combustíveis fósseis?

Os Waorani são povos de recente contato. Viviam desde sua origem no Yasuní, até que, na década de 1960, o Estado equatoriano se apresentou, juntamente com as petroleiras interessadas em explorar a região. Sessenta anos depois, finalmente questionados sobre a exploração, os povos indígenas da região rejeitaram a continuidade do extrativismo petroleiro, mas não só. Sua mobilização teve como resultado os votos de 58,95% na consulta nacional em defesa da vida em Yasuní. Ainda assim, o governo equatoriano resiste à soberania e à decisão popular e propôs mais cinco anos de exploração na região.

O caso do Equador evidencia como nossos Estados tornaram-se aparatos que se consideram funcionais não quando buscam garantir a soberania dos seus povos e territórios, mas quando impõem a continuidade de ações à revelia de suas consequências. Cinismo neoliberal que fez os Estados institucionalizarem o negacionismo climático por décadas, e trouxe eventos extremos mais fortes e mais comuns por todo o mundo para seguir a agenda das indústrias fósseis. E tenta dar um jeitinho para não encerrar agora no Yasuní. Nossa geração assiste ao "na volta a gente fecha" dos Estados-nações na coleira das indústrias do extrativismo fóssil.

É no Yasuní, mas também é aqui. Na mesma semana em que estávamos reunidos no Equador, o Ministério de Minas e Energia aprovou uma Política Nacional de Transição Energética que foi mais uma promessa da construção do Plano Nacional de Transição Energética, sem apresentação de metas, diretrizes concretas ou cronogramas. Ao mesmo tempo, publicou novas resoluções para incentivar a exploração de petróleo e gás natural em novos blocos no País. Enquanto promete um futuro, o Ministério de Minas e Energia segue a trabalhar pela perpetuação do passado, seus combustíveis fósseis e sua desigualdade.

> É necessário descentralizar a produção de energia

Do Yasuní ao Pará, as comunidades tradicionais lideram a agenda de superação do extrativismo energético. Também em 2023, povos e comunidades tradicionais se reuniram em Belém, em encontro da Rede Energia e Comunidades, convocado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) e pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), na qual uma carta sistematizou o que deveriam ter sido as diretrizes anunciadas da política nacional.

A primeira trata da universalização do acesso à energia renovável, reconhecendo no acesso um direito fundamental para a garantia de outros direitos, como à saúde, inclusive ao pré-natal de mulheres ribeirinhas, como pontuaram coletivos marajoaras na *Carta das Comadres* (Observatório do Marajó, 2023).

A segunda deveria ter sido incorporada pelo governo brasileiro desde a assinatura da Convenção 169 da OIT e trata do direito à participação prévia, livre e informada de povos e comunidades tradicionais às intervenções em seus territórios, desrespeitado da Amazônia ao Matopiba e aos Pampas. Em palavras quilombolas, "energia é um direito, não queremos de qualquer jeito".

A participação não deve, porém, ser

Batalhas. No Brasil, aumentar a tarifa social do Luz para Todos é uma das medidas urgentes. Na região equatoriana do Yasuní, é hora de respeitar a vontade popular

ACERVO/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ISTOCKPHOTO

apenas pontual. Reconhecidos como os guardiões dos seus territórios, povos e comunidades tradicionais devem ser vistos como as autoridades dos mesmos e dos recursos naturais, devendo participar, portanto, da gestão da política energética nos territórios.

Uma política energética feita para os territórios não convive com a exploração de combustíveis fósseis, que existe invariavelmente em uma lógica extrativista e colonial de ocupar (e explorar) a terra: retirar os recursos de um território para gerar riqueza em outro, como é hoje no Brasil, em que a Amazônia produz o equivalente a mais de um quarto da energia consumida no País, mesmo que quase um milhão de amazônidas não tenham acesso à luz e aos direitos que se viabilizam com ela, como refrigeração de alimentos e medicações, telemedicina e teleducação. Dentre aquelas com acesso à energia, quantos a temos plenamente?

Uma política energética feita para os territórios é a melhor agenda de desenvolvimento econômico que podemos ter neste momento. Garantir a descentralização da produção e do armazenamento da energia é revisar o uso da terra (alô, reforma agrária!), revisitar o modelo urbano de ocupação da cidade, habitação e transporte (alô, reforma urbana!), investir em educação pública superior, tal qual a própria Petrobras fez nos anos de descobrimento do pré-sal, para desenvolvimento de tecnologias nacionais e fortalecimento da formação de novos profissionais necessários neste novo paradigma, dos quais quantos e tantos virão dos próprios povos e comunidades tradicionais.

Enquanto não houver uma transição energética justa com a proteção dos povos dos rios, florestas e campos, o mundo continuará acelerado rumo ao colapso climático. Queremos planos concretos para a transição energética justa e popular: aumento da tarifa social do Luz para Todos, investimento em universidades públicas para desenvolvimento de tecnologias renováveis e formação profissional das nossas juventudes e reinserção dos trabalhadores da indústria fóssil, incorporação dos protocolos de consulta nas obras do PAC e demais programas federais, apresentação das metas de fim da exploração de petróleo na NDC, criação de uma governança energética que garanta soberania e autonomia aos territórios. Titulação e demarcação das terras indígenas, territórios quilombolas e reservas extrativistas. Do Yasuní ao Pará, energia democrática, limpa e popular. •

**Bianca Barbosa é bióloga e Luti Guedes é cientista social. Ambos fazem parte da ONG Observatório do Marajó.*

Viés da navalha

ORÇAMENTO O mercado só vê dívida onde há também receita fiscal exuberante

POR CARLOS DRUMMOND

Sob o fogo cruzado do sistema financeiro, que nunca considera suficientes os cortes de gastos, e de amplas parcelas contrárias a reduções de despesas, o governo confirma a possibilidade de se atingir déficit zero neste ano, a um custo considerado relativamente baixo. O resultado, antes descrito por muitos como impossível, parece cada vez mais provável e deixa evidente o efeito fiscal benéfico de uma economia em ascensão, engrenagem que funcionou muito bem nos governos anteriores de Lula.

Notícias sobre a insuficiência do aumento da arrecadação para equilibrar as contas, o crescimento da dívida pública, os limites do arcabouço fiscal, o inédito custo de 1 trilhão de reais da Previdência no Orçamento e propostas de aumento da taxa de juros em dois pontos porcentuais nos próximos seis meses pipocam nos jornais, mas pecam por focar apenas um lado do problema, o da despesa. É preciso não esquecer, contudo, o aspecto das receitas.

Dados do governo revelam um funcionamento considerado "muito bom", por exemplo, da lei de garantia de crédito, um dos fatores que possibilitou o crescimento excepcional de 17% da concessão de empréstimos, em termos reais, entre julho de 2023 e julho de 2024. A elevação muito acima da projetada pelos analistas do sistema financeiro, acometidos pela síndrome do erro crônico de previsões, é uma das explicações para a alta significativa do PIB. O produto interanual cresceu 3,3%, entre o segundo trimestre de 2023 e o segundo trimestre de 2024, aponta o acompanhamento do governo. E a arrecadação tributária aumentou 13% em termos nominais e 9% reais. Para cada unidade de crescimento do PIB, há três de crescimento da arrecadação. O fato relevante é que o governo, sob ataque especulativo permanente e acusações incessantes de elevação descontrolada dos gastos, aposta na atividade econômica, e quando

A arrecadação tributária aumentou 9% em termos reais

ela ocorre com bom ritmo de criação de emprego, a arrecadação tributária sobe de forma expressiva. Na quarta-feira 11, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nova revisão, para cima, da estimativa de expansão da atividade neste ano, de 2,7% para 3% ou mais.

A dinâmica da relação entre maior dinamismo da economia e ampliação da arrecadação não é estranha àqueles que acompanharam de perto os governos anteriores de Lula, mas, dez anos depois, poucos se lembram de que naquele período o emprego formal foi essencial para a arrecadação do INSS, a contribuição para a seguridade social. O fato, comprovado novamente, é que quando o emprego for-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 36
Artigo. A importância da integração sul-americana, por Simone Tebet

Mantra. A Faria Lima pressiona pelo fim das despesas obrigatórias em saúde e educação. Haddad tem pouca margem de manobra

mal aumenta, mais trabalhadores pagam o imposto direto no holerite. A massa salarial se expande e os tributos arrecadados mediante desconto na folha de pagamento também crescem. O ponto a ser destacado é uma dinâmica econômica subjacente que incrementa o desempenho fiscal.

No terreno prático do Orçamento, a margem de manobra é estreita, pois as despesas obrigatórias, determinadas pela Constituição, por leis aprovadas pelo Congresso ou pelos contratos firmados

PS/HUSM E WASHINGTON COSTA/MP

pelo governo, representam 92% dos gastos primários. Os destaques são os Benefícios da Previdência Social, de 913,7 bilhões de reais, as transferências constitucionais, de 516,5 bilhões, e os gastos com pessoal, de 380,4 bilhões. O governo tem algum espaço de manobra apenas sobre os 8% restantes, nos quais se incluem os investimentos e diversos programas sociais.

Critica-se com frequência o fato de o governo atual, eleito a partir da condenação do teto de gastos, anunciar cortes em despesas sociais para atingir a meta de déficit fiscal zero, mas há diferenças importantes entre as duas situações. A referência atual não é a ideia de cortar irrestritamente. Sob o teto de gastos, previa-se uma redução linear das despesas por 20 anos, com destruição de parte relevante da máquina do Estado. A atual equipe econômica analisa, porém, as políticas que possam eventualmente passar por revisão de gastos por meio de melhora de eficiência. O primeiro exercício deste tipo resultou na possibilidade concreta de uma economia de cerca de 26 bilhões de reais, entre este ano e o próximo, não por meio de cortes, mas da redução de gargalos.

O governo dobra a aposta na atividade econômica

Em contrapartida às críticas, condena-se o aumento de gastos de modo geral, sem levar em conta o desmonte da máquina pública empreendido de modo sistemático pela equipe de Jair Bolsonaro. Nada menos que 10% dos postos de trabalho do quadro de funcionários federais foi extinto e o recente concurso público unificado repõe apenas parte da perda, que exigirá anos para alcançar o patamar de 2015. Outro exemplo eloquente é o da fila do INSS. O governo anterior concedia o direito à aposentadoria, mas não fazia o pagamento correspondente. Em outras palavras, segurou as concessões do benefício, em uma estratégia pouco discreta de maquiagem das contas públicas. Esta é uma das razões do enorme crescimento do gasto com o INSS entre 2023 e 2024, quando o governo atual decidiu zerar a fila. O problema é que, a partir do reconhecimento do direito do beneficiário, foi preciso pagar de modo retroativo, tendo como referência o momento em que a aposentadoria foi solicitada, o que deu origem a uma conta elevada com a Previdência.

Outra frente importante de ação referente às receitas fiscais é a tentativa de combater benefícios tributários injustificáveis. Destaca-se neste segmento a redução das perdas de arrecadação com

PAULO PINTO/ABR E KLÉCIUS HENRIQUE/PREVIDÊNCIA SOCIAL

Cascata. Um crescimento maior do PIB e do emprego tem efeitos positivos sobre a arrecadação do INSS, alquebrado no governo Bolsonaro

a pretendida perpetuação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado para permitir a sobrevivência desse setor durante a pandemia. Uma lei sancionada por Lula possibilitou reduzir esse gasto tributário a 15 bilhões de reais. O debate com o Congresso sobre as desonerações prossegue, parte do esforço para a recomposição da base de pagamento de tributos, que envolve o enfrentamento de interesses incrustrados no Parlamento.

A perspectiva de nova revisão do PIB para cima anunciada por Haddad tem importância decisiva, sugerem as considerações da economista Julia Braga, atual subsecretária de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais do Ministério da Fazenda, em seminário do Ipea e da Universidade Federal do Rio de Janeiro quando do surgimento do novo arcabouço fiscal. Para estabilizar a relação dívida–PIB no longo prazo, sublinhou a economista, o produto interno tem de crescer de modo significativo. O impulso da dívida acaba muito atrelado à taxa Selic, e quando se deflacionam os valores, se vê o quanto a nossa dívida é delicada. Uma situação verificada nas últimas décadas, tanto com indicadores fiscais piores quanto em épocas de situação melhor.

Em termos de custo-benefício, ressalta Braga, se o País não tiver um crescimento perto de 3% ao ano ou um pouco acima, não tem mágica, a dívida pública não vai cair, exatamente pelo fato de a taxa Selic ser muito alta. "Pode-se debater por que é alta, mas já se sabe que historicamente é assim. E na tentativa de fixar uma Selic muito baixa, sabe-se o que aconteceu, foi temporário, teve até uma influência sobre as expectativas de desvalorização cambial e acabou contraproducente. Prestar atenção só na questão fiscal, ou dos indicadores fiscais, sem se preocupar com isso, não melhora o quadro", argumentou.

Nesse contexto, cortar investimento público é correr o risco de fracasso, tanto do ponto de vista macroeconômico e do desenvolvimento quanto das próprias contas fiscais. "Essa é uma questão de não matar a galinha dos ovos de ouro. É preferível tolerar um pouco de crescimento da dívida pública, desde que a nossa economia esteja dinamizando. É um preço a pagar", destaca Braga.

Lula tentou melhorar a regra do novo arcabouço fiscal em relação ao espaço para os investimentos públicos, mas acabou derrotado. À época da instituição das atuais regras, o presidente vetou dois trechos da lei sancionada. O primeiro suprimia o dispositivo que determina, no caso de a receita fiscal não comportar o cumprimento das metas de resultado primário, o corte dos investimentos públicos ao nível do limite dos gastos discricionários. O outro determinava que a Lei de Diretrizes Orçamentárias não excluísse quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Uma semana antes, a pesquisa Barômetro do Poder, do *site* Infomoney, ouviu executivos do setor financeiro que indicaram 69% de probabilidade de anulação na Câmara dos vetos do governo descritos acima, o que acabou ocorrendo.

Em nova tentativa de escapar ao cerco do sistema financeiro ao investimento público, o presidente Lula anunciou recentemente a possibilidade de os fundos de pensão de empresas estatais investirem em obras do PAC, afetadas pelo estrangulamento de recursos imposto pelo dogma do ajuste fiscal. Foi a senha para a mídia reiniciar a campanha de demonização desses fundos de investimento. •

União e força

ANÁLISE As cinco rotas de integração do Brasil à América do Sul

POR SIMONE TEBET*

Reconstrução e integração. Essas duas expressões definem a trajetória de uma agenda fundamental para o Brasil nos últimos 18 meses. Por lamentável decisão da administração anterior, o Ministério do Planejamento havia sido extinto, bem como o instrumento de coordenação voltado para a integração sul-americana. O presidente Lula decidiu, no seu primeiro ato, pela recriação da pasta e, desde maio do ano passado, a integração do nosso continente passou por uma retomada fundamental na agenda de governo.

A importância da integração regional, que povoava os pensamentos e os sonhos, em meados do século passado, de economistas renomados do nosso continente, como Raúl Prebisch e Celso Furtado, agora passa a ser modernizada e atualizada. A agenda contempla não somente as obras de infraestrutura, mas outros assuntos de destaque ao longo do tempo, como a mudança climática, a transição energética, os avanços da ciência e da tecnologia, além das características do recinto aduaneiro e policial e da devida valorização do turismo.

Era preciso derrubar a ideia de as fronteiras continuarem a se constituir, unicamente, embora sem que o negue, em sinônimo de problema, em especial no comércio ilegal de armas e drogas. A América do Sul é uma vizinhança composta por doze países de potência econômica, cultural e ambiental (nações amazônicas, variedade de microclimas, quantidade de água, diversidade de solo, entre outros). Era preciso levar em conta que o conjunto de interesses individuais não necessariamente forma uma integração, sob pena de permanecer (ou até recrudescer), unicamente, a concorrência, não raras vezes desagregadora e predatória na região.

Daí nasceu o "consenso de Brasília", quando, a convite do Brasil, todas as lideranças políticas dos países sul-americanos reforçaram a consciência da necessidade de agirem em conjunto – em infraestrutura, facilitação de comércio, turismo, segurança de fronteira, comunicações e diversos outros temas. Na sequência, o MPO criou um comitê interno para tratar do assunto, que traba-

Consenso. No ano passado, em Brasília, os presidentes dos 12 países da região comprometeram-se com a parceria estratégica

RICARDO STUCKERT/PR

lhou ativamente com a federação brasileira, Ipea, IBGE e demais ministérios.

A partir de dezembro de 2023, estabelecemos diálogo com todos os ministros de Economia de cada um dos países sul-americanos, além de empresários, movimentos sociais e outros segmentos da população dos estados e municípios diretamente ligados ao assunto. Isso incluiu, evidentemente, as representações políticas no Congresso, seja em audiências públicas, seja em reuniões no MPO.

O consenso deu um passo além, na direção dos propósitos comuns. Nessa caminhada se definiram as cinco rotas de integração entre o Brasil e nossos vizinhos, de dimensão multimodal: hidrovias, rodovias, infovias (fibra óptica), portos, linhas de transmissão elétrica, ferrovias e aeroportos. Identificamos várias obras com caráter direto de integração, espalhadas nos estados de fronteira e inseridas do Novo PAC, coordenado pela Casa Civil. O trabalho alicerçou-se também na escuta ativa de cada um dos onze estados brasileiros da fronteira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina.

Três rotas passam pelo norte do Brasil, além do norte do Centro-Oeste (Rota 1, Ilha das Guianas; Rota 2, Amazônica; Rota 3, Quadrante Rondon) e duas englobam a parte mais ao sul de nosso território (Rota 4, Bioceânica de Capricórnio; Rota 5, Porto Alegre-Coquimbo). Com elas, estabelecemos conexões diretas com todos os países do subcontinente. Vale dizer que essa integração se completa na interiorização dos traçados no território nacional, envolvendo todos os demais estados, por meio de ferrovias, hidrovias e rodovias existentes, o que deverá resultar em ganhos de produtividade e de renda, por meio de redução de tempo de viagem e dos custos logísticos.

Uma rota não "briga" com a outra. O sucesso da saída mais ao leste, como a pavimentação da rodovia BR-156 no Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, não atrapalhará, por exemplo, o escoamento de produtos na perna mais ao leste, como Tabatinga, no Amazonas. Ao contrário: as rotas estão interligadas entre si por meio de hidrovias, rodovias e ferrovias, além, é claro, da possibilidade de voos entre os estados e os países vizinhos.

Já numa etapa do caminho da realização, levantamos uma carteira de financiamento facilitado para obras complementares, com 10 bilhões de dólares, contados os recursos do BID, CAF, Fonplata e BNDES. Esse dinheiro começou a ser empregado e a parte do BNDES é especificamente direcionada ao Brasil.

Vamos, agora, colocar de pé a nova Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul, inovação criada pelo presidente Lula para acompanhar o andamento das iniciativas e buscar soluções administrativas mais rápidas quando necessário, envolvendo desde a aduana, em parceria com a Receita Federal, Anvisa, Vigiagro (Ministério da Agricultura e Pecuária), até a segurança, com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

> **Os projetos vão gerar emprego e renda** e abrir novos mercados aos países

O Brasil mudou e a América do Sul se transformou. Nossas parcerias podem – e devem – ser mais ativas do que são hoje. Os vizinhos, que somam 200 milhões de habitantes, o equivalente a um Brasil inteiro, são potenciais mercados consumidores de nossos bens e serviços. Também são produtores de bens que podem beneficiar a nossa população. Ademais, o País tem exportado cada vez mais para parceiros asiáticos, como a China. Ao nos aproximarmos do Oceano Pacífico, estaremos, portanto, necessariamente mais próximos justamente daqueles que têm comprado o que vendemos.

Por fim e por finalidade, as rotas de integração se constituirão em instrumento de realização de um propósito que, a meu ver, deve ser comum e prioritário. Segundo a ONU, a América do Sul tem 159 milhões de seres humanos na trágica situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Somada a América Latina e o Caribe, são 250 milhões. Falamos de uma região que carrega em si a nada honrosa situação de maior desigualdade social do planeta. Quando ativadas, essas rotas permitirão avanços estruturais na geração de empregos diretos (construção civil, prestação de serviços, comércio varejista, turismo) e indiretos (novos caminhos de escoamento da produção do agronegócio e da indústria). Com isso, também se constituirão em ações de integração entre a economia e a cidadania.

Trata-se, portanto, de uma agenda histórica, hoje reconstruída, e que avançará ainda mais. Com escuta ativa, transparência e coordenação, a retomada da integração sul-americana agora veio para ficar. Deu asas aos pensamentos. E vai realizar os sonhos.

**Ministra do Planejamento e Orçamento.*

A União Europeia e sua economia

INDÚSTRIA O plano de Mario Draghi e a inspiração chinesa

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

O *Financial Times* exibiu uma extensa matéria que cuidou do projeto encomendado pela União Europeia a Mario Draghi, ex-presidente do Banco Central Europeu. Draghi sugeriu uma "nova estratégia industrial para a Europa". Na visão do ex-presidente do BCE, o enfrentamento do "atraso europeu" vai exigir investimentos de 800 bilhões de euros ao ano.

Esse elevado valor anual é destinado a financiar uma reforma radical e rápida para impedir que a UE fique atrás dos EUA e da China. Draghi propõe uma revisão geral da forma como a UE angaria fundos para investimentos. Trata-se de formular uma estratégia de novos financiamentos para o conjunto dos países que formam a União Europeia. Isso envolve a criação e desenvolvimento de "ativos comuns".

O *Financial Times* diz que "o aguardado relatório do antigo primeiro-ministro italiano, encomendado pela UE, apela a Bruxelas para impulsionar uma reorientação significativa da política econômica. As principais recomendações incluem o relaxamento das regras de concorrência para permitir a consolidação do mercado em setores como telecomunicações; integração dos mercados de capitais por meio da centralização da supervisão do mercado; maior uso de compras conjuntas no setor de defesa; e uma nova agenda comercial para aumentar a independência econômica da UE".

Draghi lança um lamento: "Nunca no passado a escala dos nossos países pareceu tão pequena e inadequada em relação ao tamanho dos desafios".

Leio na imprensa brasileira artigos instigantes, alguns intrigantes, a respeito de políticas industriais, de comércio exterior e de competitividade, sobretudo as que envolvem a presença coordenadora do Estado. Há quem se habilite a invocar abstratamente as virtudes dos ganhos de produtividade e de competitividade, sem investigar com rigor as formas de organização, de financiamento e os padrões de cooperação entre as esferas públicas e do setor privado nos sistemas nacionais de Pesquisa & Desenvolvimento.

Draghi. Enfrentar o "atraso europeu" exige 800 bilhões de euros ao ano

Vou sugerir a leitura do *Entrepreneurial State*, de Mariana Mazzucato. O livro de Mazzucato seria bem acompanhado pelo trabalho de Usha Haley e George Haley. O título é sugestivo: *Subsidies to Chinese Industry: Capitalism, Business Strategy and Trade Policy*. Os Haley tratam das relações entre as empresas e as políticas governamentais na China recorrendo a uma exaustiva investigação empírica, sem apelar para o blablablá ideológico e, não raro, hipócrita, da falsa oposição entre Estado e Mercado, leia-se, entre concorrência e planejamento de longo prazo na experiência mais fascinante do capitalismo contemporâneo.

Os estudos de Mazzucato e dos Haley cuidaram de sublinhar as relações peculiares entre os Estados nacionais, os sistemas empresariais, os programas de inovação tecnológica e a "inserção internacional". Procuraram chamar a atenção para a centralidade da "organização capitalista" em que prevalecem nexos, digamos, "cooperativos" nas relações entre as empresas e as burocracias civis, militares e de segurança encarregadas de fomentar e administrar o sistema de avanço tecnológico (P&D).

Ao examinar essas relações nos Estados Unidos, Mariana Mazzucato desmascara o mito dos "gênios da garagem" e reduz a pó as lendas marqueteiras que celebram o papel do *venture capital*. Mazzucato descreve minuciosamente o roteiro para o sucesso da Apple de Steve Jobs e seus iPads e iPods. A ação do Estado não só garantiu o abastecimento do capital paciente e capaz de encarar o

AFP E FILLIPPO ATTILI/GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO/ITÁLIA

Exemplo. A arquitetura institucional chinesa assegurou excepcionais taxas de investimento, de acumulação de capital e programas de graduação tecnológica

risco da inovação, mas também ajudou a coordenar as relações entre a grande empresa integradora e seus fornecedores.

No caso chinês, investigado por Haley & Haley, tem sido crucial a presença dos bancos públicos no provimento de crédito para permitir a apropriação da tecnologia, mediante a utilização das empresas estatais para a formação de *joint ventures* com o capital estrangeiro e promover a "administração estratégica" do comércio exterior. Essa arquitetura institucional não só assegurou excepcionais taxas de investimento e de acumulação de capital, como também ensejou programas de "graduação" tecnológica.

A ação estatal cuidou, ademais, dos investimentos em infraestrutura e utilizou as empresas públicas como plataformas destinadas a apoiar a constituição de grandes conglomerados industriais preparados para a batalha da concorrência global. Não é difícil perceber que as estratégias chinesas de expansão acelerada, impulso exportador, rápida incorporação do progresso técnico e forte coordenação do Estado foram inspiradas no sucesso anterior de seus vizinhos, sócios e competidores.

Os sistemas financeiros que ajudaram a erguer os países asiáticos eram especializados no abastecimento de crédito subsidiado e barato às empresas e aos setores "escolhidos" como prioritários pelas políticas industriais. O circuito virtuoso ia do financiamento para o investimento, do investimento para a produtividade, da produtividade para as exportações, daí para os lucros e dos lucros para a liquidação da dívida. A produtividade desceu do éter onde sobrevivem as abstrações dos macroeconomistas para baixar à terra dos homens de carne e osso.

Apenas uma reforma radical e rápida impedirá a UE de ficar atrás dos EUA e da China

O livro *China versus West*, de Ivan Tselichtchev, dá a dimensão da transformação ocorrida na economia do Império do Meio. Nos anos 1980 a economia chinesa detinha os mesmos 1% do Brasil de participação no comércio mundial, em 2010 sua participação saltou para 10,4%, contra 8,4% dos EUA, 8,3% da Alemanha. Durante a primeira década do novo milênio a taxa de crescimento média anual da economia chinesa foi de 10,5%, contra 1,7% dos EUA e 0,9% da Alemanha. Ao final da década a China respondia por 42% da produção mundial de televisores em cores, 67% dos produtos de vídeo, 53% dos telefones móveis, 97% dos PCs, e 62% das câmeras digitais.

São frequentes as digressões dos macroeconomistas conservadores a respeito do desempenho da economia chinesa. Para essa turma, as elevadas taxas de investimento e crescimento da China foram impulsionadas pelo perfil "poupador" de seu povo. Trata-se da falácia que balbucia repetidamente o dogma "primeiro a poupança depois o investimento".

Já foi dito acima, mas há que repetir: o sistema financeiro chinês abasteceu crédito em condições adequadas de prazo e custo às empresas e aos setores "escolhidos" como prioritários pelas políticas industriais. O circuito virtuoso vai do financiamento para o investimento, do investimento para a produtividade, da produtividade para as exportações, daí para os lucros das empresas e dos lucros para a "poupança". •

O Natal de Maduro

VENEZUELA O governo retira a ameaça de invasão da embaixada da Argentina após o exílio de Edmundo González

POR SERGIO LIRIO

A ameaça de invadir a embaixada da Argentina em Caracas, sob custódia do Brasil desde a expulsão dos diplomatas de Javier Milei, e capturar opositores lá abrigados soa, a esta altura, como uma estratégia de Nicolás Maduro para atingir um outro objetivo, a saída do país de Edmundo González, adversário do atual presidente nas eleições de 28 de julho. Refugiado no escritório de representação dos Países Baixos, González tinha contra si um mandado de prisão por ter se recusado a depor em um inquérito aberto pelo Ministério Público para investigar crimes de usurpação de funções da autoridade eleitoral, falsificação de documentos oficiais, incitação de atividades ilegais, sabotagem de sistemas e associação criminosa. Todos associados à divulgação, pela oposição, de supostas atas eleitorais que comprovariam a derrota de Maduro e à convocação de protestos contra a diplomação do chavista para um novo mandato de seis anos.

Após uma negociação intermediada pelo ex-primeiro-ministro socialista José Luiz Zapatero, González desembarcou em Madri, onde ficará asilado. Sem esconder o sarcasmo, Maduro felicitou o concorrente em um evento público: "Todo o meu respeito pela decisão que tomou. Posso dizer ao embaixador González Urrutia, com quem tenho entrado em choque desde 29 de julho, que entendo o passo e o respeito".

Mais uma vez, o presidente venezuelano, cuja vitória eleitoral continua a ser contestada pela maioria dos países ocidentais, usou o Brasil como escada. No sábado 7, diante do cerco à embaixada argentina e da escalada das ameaças do governo, Celso Amorim, assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência, se disse "chocado" com o comportamento do país vizinho. "Acho extremamente estranha a atitude da Venezuela, figura corrente do direito internacional é a proteção de interesses. Não tem cabimento. Claro que tem repercussões políticas. O Itamaraty respondeu corretamente e lamentamos muito a situação." Um dia antes, o presidente Lula voltara a criticar Maduro em entrevista à rádio Difusora de Goiânia. "É um comportamento que deixa a desejar", afirmou. "Estamos em uma posição, Brasil e Colômbia. A gente não aceitou o resultado das eleições, mas não vou romper relações e também não concordo com a punição unilateral, o bloqueio. O bloqueio não prejudica o Maduro, prejudica o povo e eu acho que o povo não deve ser vítima disso."

> O Brasil viu-se, de novo, no centro da disputa entre situação e oposição

Seja pela resposta brasileira, seja por mero cálculo, o cerco à embaixada argentina, onde estão abrigados seis dissidentes, acabou suspenso no domingo 8, depois de González chegar à Espanha. A energia foi restabelecida e os encapuzados que ameaçavam invadir o prédio deixaram as imediações. O procurador-geral, William Saab, também anunciou o fim das investigações contra o diplomata de carreira. "Nas próximas horas, nos próximos dias, estabeleceremos a forma, o horário, a maneira e o local sobre como este caso será encerrado judicialmente", declarou à rede de tevê CNN. Aparentemente, o governo venezuelano aposta em um refluxo da tensão política com o exílio do candidato de oposição. A ver. Mentora de González, Maria Corina Machado recusa-se, por ora, a deixar o país e promete manter a "luta" e a mobilização em busca do poder. Em entrevista ao G1, Machado pediu a Lula que seja mais incisivo nas críticas a Maduro. "Precisamos que a comunidade internacional, especialmente o Brasil e o presidente Lula, eleve suas vozes para que termine a repressão."

Na terça-feira 11, o Palácio Miraflores

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 42

The Observer. A AfD cresce na parte oriental da Alemanha, mas trava no resto do país

voltou a mirar os Estados Unidos. Yván Gil, ministro das Relações Exteriores, acusou o secretário de Estado norte-americano, Anthony Blinken, de anunciar "de forma grosseira e vulgar" um golpe na Venezuela. "Os seus planos foram pulverizados pelo voto e pela unidade e mobilização cívico-militar-policial", declarou Gil, em resposta às críticas de Blinken ao asilo de González. Segundo o assessor de Joe Biden, a fuga é "resultado direto das medidas antidemocráticas" de Maduro.

Enquanto mantém a pressão sobre os opositores e tenta acalmar os ânimos internos, após um mês e meio de conflitos que deixaram um rastro de 27 mortos, 200 feridos e 2,4 mil presos, o presidente venezuelano busca maneiras de desviar a atenção. Em entrevista ao canal oficial Globovisión, Maduro anunciou a antecipação do Natal para 1º de outubro, em "homenagem e agradecimento" ao povo venezuelano e em comemoração às "boas perspectivas econômicas. "Nada, nem ninguém, vai evitar a paz no país", afirmou. Não é a primeira vez que o chavista antecipa as festas natalinas. Em 2013, o objetivo era fazer frente à crise financeira, em 2020 e 2021, combater o baixo astral provocado pela pandemia de Covid-19. Comemorar a data mais cedo não se restringe a produzir um efeito simbólico, psicológico, ou enfeitar ruas e casas. Em princípio, as empresas e o setor público ficam autorizados a antecipar o bônus pago aos trabalhadores, uma maneira de ampliar a circulação de dinheiro e adiantar o aquecimento da economia. A dúvida é saber se a Venezuela está em clima de festa. E se, para a oposição, Maduro aparecerá como Papai Noel ou como o Grinch. •

Ironia. Maduro cumprimentou González pela decisão de deixar o país e desejou uma boa vida na Espanha ao opositor

JUAN BARRETO/AFP E REDES SOCIAIS

Extremismo DOC

The Observer A vitória eleitoral da AfD é, antes de tudo, um fenômeno sociocultural da porção leste da Alemanha

POR JAMES HAWES

A mídia está cheia de muros corta-fogo (*Brandmauer*) em ruínas na Alemanha. As eleições estaduais na Turíngia deram a primeira vitória à extrema-direita desde 1945, na região em que os nazistas conquistaram pela primeira vez o poder regional, em 1929, e na data em que Adolf Hitler invadiu a Polônia em 1939. "O Leste fará isso." A campanha da Alternativa para a Alemanha (AfD, *na sigla em alemão*) misturou os temas habituais do populismo de direita com a sugestão de que o Leste do país é onde a verdadeira Alemanha resiste aos horrores liberais do multiculturalismo e da energia eólica.

Um comentarista em pânico anuncia: "Só há uma maneira de manter sob controle a AfD, a extrema-direita alemã. Abordar as preocupações que ela explora" com um "debate construtivo sobre questões delicadas". Outros estão horrorizados com o fato de a União Democrata Cristã (CDU), de centro-direita, estar de repente concentrando seu poder de fogo nacional nos Verdes, ninguém menos. Os conservadores alemães estariam a copiar todos os conservadores centristas dos últimos anos (agradeça, Boris Johnson) e a adotar as táticas de ataque dos populistas de direita? Esse é o muro de proteção que realmente importa, e se ele desaparecer...

Alguns fatos. Na última eleição na Turíngia, em 2019, a AfD obteve 23,4% dos votos. Neste ano teve 32,8%. Considere esse intervalo de tempo: Covid, guerra na Ucrânia e a crise energética causada pela cega dependência alemã do gás de Vladimir Putin. Um país liderado por uma coalizão fragmentada sob um chanceler cujo partido obteve menos de 26% e que parece fazer tudo (se é que faz alguma coisa) atrasado e de má vontade. Cinco anos de um terreno fértil ideal para o populismo "antissistema" e teorias da conspiração, ao fim dos quais a AfD conseguiu atrair menos de 10% de eleitores a mais em seu estado mais forte. E na Alemanha, é claro, ser o maior partido não significa que ele "ganhou", porque (imagine a racionalidade) seus assentos são proporcionais a seus votos. Sem uma maioria absoluta, tudo o que ele ganha é a primazia numa coalizão. Se todos se recusarem a trabalhar com ele (digamos, por ser um fascista pró-Putin), ficará difícil. Então, a AfD não governará de fato a pequena Turíngia (apenas 2,5% da população alemã, e encolhendo), não haverá caminho para ela no governo central (a última pesquisa nacional lhe dá 17,4%) e o centro moderado alemão estará realmente a se manter, apesar de tudo, melhor do que em qualquer outro lugar da Europa, com os quatro principais partidos pró-Otan e pró-União Europeia com quase 63% de apoio.

Os alemães ainda são informados, no entanto, de que devem abordar as "preocupações" dos eleitores da AfD. Ou que tal admitirmos que, apesar de o Muro de Berlim ter desaparecido há mais tempo do que ele existiu, a parte oriental da Alemanha continua profundamente diferente,

ENCLAVES ULTRADIREITISTAS
Regiões onde a AfD avançou nas eleições

JOHN MACDOUGALL/AFP

Grotões. As regiões da Alemanha Oriental são mais suscetíveis ao discurso xenófobo. Não por acaso, a AfD avança nas urnas

não porque a arrogante porção ocidental tenha sido tão autoritária depois de 1990, nem mesmo por causa dos 40 anos de ocupação soviética. Por causa da história.

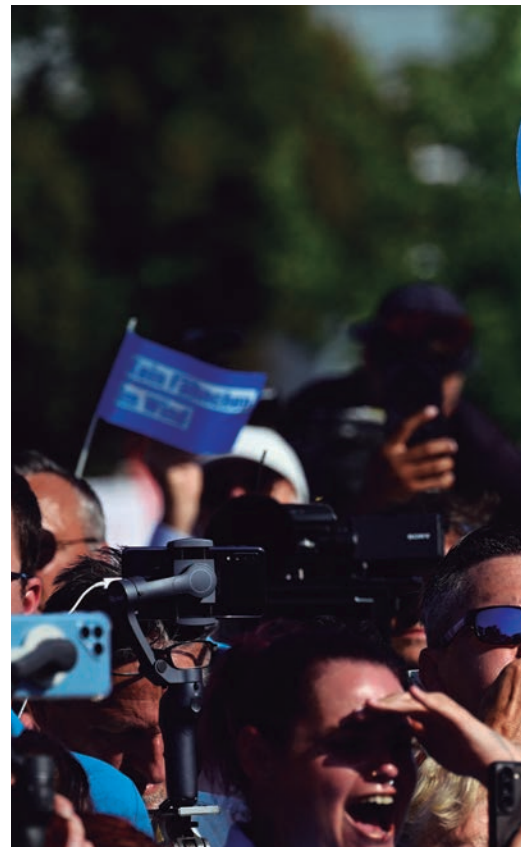
Uma palavra: colonialismo. Em 1147, Colônia, Bonn, Mainz e Frankfurt eram centros de mil anos da alta Idade Média europeia. Desde o dia em que o próprio Júlio César os nomeou, ninguém jamais contestou que os povos germânicos viviam na Germânia. Berlim era uma vila de pescadores fluviais eslava. Naquele ano, o braço norte da Segunda Cruzada enviou cavaleiros germânicos para cruzar à força o Rio Elba, com a intenção de converter e conquistar os pagãos eslavos e bálticos. O resultado foi uma colonização quase total de língua germânica na Transelbia mais ocidental (quase: os sorábios permanecem como testemunhas, ao norte de Dresden). Mais a leste, na atual Polônia, a terra sempre permaneceu disputada entre colonos em massa e nativos, enquanto mais a leste ainda, na atual Rússia/Lituânia, o estado dos Cavaleiros Teutônicos estabeleceu o domínio total da elite colonizadora sobre os camponeses locais. Em 1525, foi o primeiro a adotar Lutero, renomeando-se Prússia, em homenagem a uma tribo nativa que havia esmagado.

É uma longa história, mas o resultado foi o paradigma colonial que encontramos com tanta frequência, seja no Quênia britânico, na Argélia francesa, no Ulster legalista ou nos assentamentos ilegais de Israel. Ela também se aplica, com diferenças óbvias, aos antigos estados escravagistas dos Estados Unidos.

No fim do século XVIII, a Prússia estava no radar como a cultura mais militarizada da Europa. Como disse Voltaire: "Outros Estados têm exércitos. Na Prússia, o exército tem um Estado". A espinha dorsal dessa Prússia, que ainda coroava seus reis em Königsberg, eram os *junkers* (aristocracia latifundiária) da Prússia Oriental e Ocidental. Em troca da lealdade total à casa real de Hohenzollern, eles tinham acesso exclusivo ao corpo de oficiais e ao alto governo. Em suas propriedades, muitas vezes vastas, mas pobres, eles eram (como a Ascendência Protestante na Irlanda georgiana) não apenas os proprietários das terras, mas os magistrados e comandantes de milícias: poloneses, bálticos e russos trabalhavam para eles, sob um nível mais privilegiado de arrendatários alemães. Estes, subordinados coloniais mais favorecidos, apegavam-se aos *junkers* e suas casas grandes e (depois de emancipados) votavam neles. A sociedade resultante era tão completamente diferente do Oeste amplamente católico que, na década de 1890, Max Weber, o fundador da Sociologia, decidiu que precisava ter seu próprio nome: Ostelbien ("Elbia Oriental").

Em termos nacionais, a AfD aparece com 17,4% da preferência do eleitorado

Isso levou à política desequilibrada da Alemanha imperial tardia, dividida entre os objetivos sociais e militares dos industriais ocidentais (basicamente, suplantar o império britânico antes que ele se ligasse aos Estados Unidos) e os dos *junkers* (basicamente, esmagar a Rússia antes que ela ficasse forte demais). Foi isso o que, no fim das contas, levou a uma guerra suicida em duas frentes.

O Estado-maior prussiano mostrou sua mão colonial de 1915 a 1918, quando o alto-comando (Leste) governou um grande pedaço de terra conquistada no Leste sem supervisão civil: uma colônia militar para produzir alimentos para a pátria-mãe (usando trabalho forçado, naturalmente) e ser o trampolim para a conquista total da Rússia, o que eles insistiram em tentar no início de 1918, quando poderiam ter qualquer acordo razoável que quisessem, apesar de saberem que os norte-americanos estavam chegando ao Oeste. Só recentemente é que alguém realmente examinou essa abertura prussiana à Operação Barbarossa de Hitler.

Após a derrota, os alemães orientais continuaram a votar como antes. O DNVP (Partido Nacional Popular Alemão, o segundo maior na República de Weimar em 1924), antidemocrático, anticatólico, antijudaico e ligado a assassinos, dependia quase totalmente dos votos orientais. E quando chegou o dilúvio, veio do Leste: se todos os lugares na Alemanha tivessem votado da mesma forma que a Renânia e a Baviera em 1930-32, Hitler não teria conseguido – e ele ainda precisou de apoio do DNVP, que (como sempre) obteve praticamente todos os seus votos do Leste.

Esse passado colonial não é história, nem mesmo é passado. Meu sogro, morto em 2017, era um proprietário de terras

na Prússia Oriental. Seu mundo de infância nas décadas de 1920/30 (hoje parte da Rússia) era uma colônia alemã: um cavalariço russo o ensinou a montar e seus pais falavam lituano com seus arrendatários. Há dezenas de milhares de cidadãos ainda vivos, na Polônia e na Alemanha, que na juventude poderiam ter sido baleados, de ambos os lados, por chamar sua cidade natal pelo nome errado (Posen ou Poznan? Colonial ou nativa?). E a mentalidade colonial sempre dura muito mais do que qualquer perigo real. Por isso, o Leste alemão sempre votou diferentemente do Oeste alemão, e ainda vota. Não estamos a tratar de "preocupações" racionalmente abordáveis, mas de uma divisão política e cultural mais profunda do que a linha Mason-Dixon nos Estados Unidos, e muito mais antiga.

A CDU, ao que parece, percebeu que o futuro político da Alemanha tem se desviado do confortável sonho de democracia pós-guerra da Alemanha Ocidental, o que significa que mais ou menos todo mundo está mais ou menos satisfeito mais ou menos o tempo todo. Em vez disso, dirige-se para algo mais como os Estados Unidos azuis/vermelhos. Como diz o historiador Adam Tooze, "se a Alemanha operasse um sistema de maioria simples, a CDU varreria a maior parte do Oeste da Alemanha e a AfD tomaria todo o Leste". Por isso, a CDU reage ao sucesso da AfD no Leste atacando os Verdes no Oeste. Não há nada de louco nisso: eles estão simplesmente na campanha para 2025 como se a Alemanha Oriental e a Ocidental fossem dois campos de batalha políticos completamente diferentes.

Fragilidade. O *premier* Scholz pena para manter intacta uma aliança desgastada. A extrema-direita fareja a oportunidade

JOHN MACDOUGALL/AFP E ACERVO/OTAN

E por que não? A Baviera, o maior e um dos mais ricos estados alemães, é permanentemente governada pela União Social Cristã (CSU), que nem aparece em qualquer outro lugar. Sim, é difícil desistir do sonho de uma democracia consensual, e a Alemanha, com sua história, compreensivelmente tem medo do que poderá vir em seu lugar. Mas quanto mais de perto se olha a imagem de um Estado-nação cultural e politicamente homogêneo, mais parece uma fantasia do século XIX, cujo propósito real era construir uma cultura nacional inventada, pronta para ser imposta a um império.

A "reunificação" não pode ser desfeita agora, mas ao menos tem um consolo embutido. Metade do Leste alemão desapareceu para sempre em 1945, a boa libertação colonial. Como disse meu falecido sogro: "Eu, sentir falta da Prússia Oriental? Falta de quê? Trinta graus de gelo e os russos do outro lado do rio?" Ela não tem mais força para destruir tudo, e sua política não se espalhará para a Renânia, assim como Nova York não adotará as leis de armas da Virgínia Ocidental, pois a Alemanha ainda tem o maior muro de proteção de todos: a divisão Leste–Oeste. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Sangue nas mãos

TheObserver Antes de fugir de Bangladesh, Sheik Hasina autorizou um massacre de civis

POR HANNAH ELLIS-PETERSEN, EM DACA

Talvez ela não tenha disparado a arma, mas Mahabubar Rahman sabe quem matou Shoikot, seu amado filho. "Sheikh Hasina é a criminosa responsável por sua morte", disse. "Foi ela quem nos destruiu."

A ex-primeira-ministra de Bangladesh fugiu do país no mês passado, em um fim dramático de um regime de 15 anos, dominado por denúncias de tirania, violência e corrupção. Hasina foi acusada de inúmeros abusos aos direitos humanos, mas nada se compara ao que ocorreu nas últimas semanas de julho e início de agosto, enquanto ela se agarrava desesperadamente ao poder ao custo de mais de mil vidas.

O movimento que instigou sua queda inesperada começou pequeno, em protestos estudantis nas universidades. Hasina, notoriamente intolerante à dissidência, ficou irritada. Em resposta, autorizou uma campanha de terror e vingança liderada pelos mais temidos batalhões de policiais e paramilitares. Os manifestantes foram recebidos com cassetetes, gás lacrimogêneo, balas de borracha, pelotas de metal, espancamentos, prisões em massa, tortura judicial e munição de verdade, algumas vezes disparada de helicópteros. À medida que a repressão se intensificava e mais corpos jaziam nas ruas, o movimento se transformava, porém, numa verdadeira revolução. Em 5 de agosto, quando quase 1 milhão de bengalis começou a desafiar as barricadas policiais e um ataque com gás lacrimogêneo para marchar em direção à residência da primeira-ministra na capital, Daca, o comandante do Exército se recusou a ordenar um massacre de civis. Em vez disso, apresentou a Hasina um ultimato: saia agora ou provavelmente será morta nas mãos das massas. Ela embarcou num helicóptero com sua irmã e fugiu para a Índia, onde permanece.

Com Bangladesh agora comandado por um governo interino liderado por Muhammad Yunus, economista ganhador do Prêmio Nobel e ex-adversário político de Hasina, ficou claro que esse foi um dos capítulos mais sangrentos da história do país. O número de mortos foi finalmente confirmado em mais de mil, enquanto cerca de 400 manifestantes perderam a visão de ao menos um olho devido aos disparos de chumbo feitos pela polícia. Muitos, como Rahman e sua família, estão decididos a lutar por justiça pelas mortes de seus entes queridos. Eles estão entre as mais de cem famílias encorajadas a abrir processos policiais diretamente contra Hasina, seus principais ministros, comissários de polícia e oficiais, denunciando toda a cadeia de comando. Imagens de vídeo coletadas naquele dia mostram claramente policiais armados a disparar munição real contra manifestantes no local onde o rapaz foi morto. Foram encontradas balas alojadas nas paredes. "Antes, abrir um processo era inútil, como você pode pedir justiça aos assassinos?", disse Rahman. "Agora tenho esperança. Mas isso nunca compensará o que ela tirou de nós."

O número de mortos passa de mil e há cerca de 400 feridos

Mahamudur Rahman Shoikot não estava destinado a se unir aos protestos em Daca. O estudante de 19 anos, descrito co-

RUSSEL WATKINS/GOVERNO DO REINO UNIDO E MUNIR UZ ZAMAN/AFP

mo o bebê da família, era mimado quase de forma autoritária por suas irmãs mais velhas e seus pais, que o chamavam de Tuna e raramente o deixavam sair do lado deles. Sua irmã, Sabrina Afroz Sabonti, de 22, comprou a primeira bicicleta dele e fazia seus bolos preferidos. Ela disse que chorou durante uma semana quando descobriu que ele havia criado um perfil no Facebook, temendo que perdesse sua inocência. "Ele era tão alto e bonito, nós o amávamos muito", disse Sabonti.

À medida que os protestos começaram a irromper em Daca, sua mãe o proibiu firmemente de participar. Shoikot ficou furioso, secretamente reclamando nas redes sociais que se sentia um covarde preso lá dentro, enquanto seus irmãos e irmãs morriam nas ruas, na luta para serem livres. Em 19 de julho, ele fechou a loja de iogurte doce do pai e disse à mãe, imersa em suas orações, que sairia um pouco. Não voltou mais para casa.

Fora do alcance? Os bengalis clamam por Justiça, mas a ex-primeira-ministra conta com a proteção do governo indiano

Quando o bairro virou uma zona de guerra, cheia de fumaça, gás lacrimogêneo ácido, sons de tiros e gritos, a família de Shoikot tentou desesperadamente falar com ele pelo telefone. Finalmente, um estranho atendeu e deu a notícia devastadora ao pai dele. Este garoto foi morto a tiros, disse. Vá direto para o hospital ou nem terá o corpo de volta. Sabonti, sabendo apenas que seu irmão tinha sido atingido por uma bala, chegou ao hospital aos gritos: "Ele está vivo? Ele está vivo?" Mas quando não a levaram para a enfermaria, mas ao necrotério, ela gemeu desesperada. Lá estava Shoikot, frio e imóvel, coberto de sangue de um ferimento de bala na cabeça. Outros corpos atingidos jaziam ao seu lado. "Foi um tiro para matar, nada mais", disse. A porta do necrotério foi fechada antes que ela tivesse a chance de tocá-lo pela última vez.

No dia da divulgação da notícia de que Hasina tinha fugido, milhões de civis começaram a encher as ruas em júbilo e muitos se aglomeraram para fazer tumulto na residência da primeira-dama em Daca. Mas Sabonti e seu pai seguiram noutra direção. "Foi a primeira vez que pudemos visitar o cemitério", relembra. "Estávamos todos chorando, mas quando ficamos junto do túmulo do meu irmão finalmente pudemos dizer a ele: 'Agora está tudo bem, agora estamos livres'."

Mesmo com Hasina fora, a busca por justiça tem sido complexa. Durante semanas, os médicos do hospital se recusaram a escrever "tiro" na certidão de óbito de Shoikot, e a polícia inicialmente se recusou a registrar o caso. Muitas outras famílias de mortos nos protestos ainda não recuperaram os corpos. A perspectiva de Hasina retornar para responder à justiça em Bangladesh também é incerta. Yunus prometeu que a ex-primeira-dama "precisa ser trazida de volta para enfrentar julgamento", mas ela permanece na Índia, onde analistas dizem que seu relacionamento próximo com o governo torna a extradição improvável. Embora haja relatos de que Hasina solicitou asilo no Reino Unido, onde seu filho mora, especialistas dizem ser muito improvável que seja concedido, diante dos crescentes processos criminais contra ela, inclusive por crimes contra a humanidade.

Para muitos em Bangladesh, o enfraquecido sistema judicial do país, que perdeu toda a aparência de independência sob Hasina, não é adequado para o propósito de levá-la a julgamento. Em vez disso, muitos acreditam que será um caso para os tribunais internacionais. "Devemos julgá-la por crimes, mas não é possível responsabilizá-la em tribunais nacionais", disse o analista político Zahed Ur Rahman. "O Tribunal Penal Internacional é nossa única esperança." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Afinidades eletivas

LITERATURA Ao homenagear a Colômbia, a Bienal do Livro de SP traz à luz as aproximações entre os escritores dos dois países

POR SYLVIA COLOMBO, DE BUENOS AIRES

"De todo o nosso pretérito, só restaria duradoura a marca das tristezas, porque a alma é como o tronco da árvore, que não guarda memória das floradas passadas, mas das feridas que foram abertas em sua casca." A citação é uma passagem do romance *La Vorágine* (O Redemoinho), uma das obras fundadoras do romance colombiano, que completa cem anos neste 2024.

As comemorações em torno da obra de José Eustasio Rivera (1888-1928) têm ocorrido desde o início do ano, com o lançamento, na Feira Internacional do Livro de Bogotá, de uma nova edição. O mesmo evento teve como país homenageado o Brasil. E não se trata de uma coincidência.

"Escolhemos esta obra e o Brasil porque há um parentesco claro entre as duas literaturas no que diz respeito à relação do homem com a natureza e à urgência de se preservar a Amazônia", contou a *CartaCapital* a curadora do evento colombiano, Adriana Angel.

Foi por conta dessa homenagem da FilBo, aberta em abril, com a presença dos mandatários dos dois países, que o presidente Lula anunciou que a Bienal do Livro de São Paulo, que se encerra no domingo 15, teria a Colômbia como homenageada. "Há muitos paralelos entre as duas literaturas. *La Vorágine*, por exemplo, pode ser considerado um primo de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha", diz Félix Lozada, responsável pela edição comemorativa da obra.

A delegação colombiana da Bienal é composta por 17 autores de primeira linha, como Margarita García Robayo, nascida em Cartagena. Aos 44 anos, ela tem distinções importantes, como o prêmio Casa de las Américas e o PEN, e já foi traduzida em mais de dez idiomas.

Os principais temas abordados por Margarita são as relações familiares nos tempos que correm. É esse, inclusive, o assunto central de seu mais recente livro, *La Encomienda* (Anagrama), em que trata da relação entre mãe e filha.

Outro destaque é Gilmer Mesa, de 48 anos, que nasceu numa violenta "comuna" (favela) de Medellín e vivenciou a transformação da cidade, que era uma das mais perigosas do mundo – durante o domínio do Cartel de Medellín, nos anos 1980 e 1990 –, em um exemplo de recuperação de cidades por meio de projetos arquitetônicos e urbanísticos.

> Entre os temas comuns, estão o extrativismo da Amazônia e a desigualdade social

Entre o que de melhor a Colômbia produziu nos últimos tempos, estão as obras de Juan Gabriel Vázquez, como *História Secreta de Costaguana* (L&PM), *O Barulho das Coisas ao Cair* (Alfaguara) e *As Reputações* (Alfaguara). Sua narrativa se constitui de jogos reflexivos sobre episódios e personagens reais da história colombiana.

O que, obviamente, não faltou na Bienal de São Paulo – assim como não havia faltado na FilBo – foi o Nobel Gabriel García Márquez. Neste ano em que se completam dez anos de sua morte, a busca por obras do autor formou longas filas em Bogotá. No Brasil, a efeméride tampouco passou batida.

No primeiro semestre, foi lançado o livro póstumo *Em Agosto Nos Vemos* (Record), traduzido por Eric Nepomuceno. A obra foi concluída em vida, mas acabou por ser interrompida numa das fases a que Gabo mais se dedicava: a edição fina e a escolha final das expressões a serem usadas. O texto, de fato, não tem o refinamento de outros seus – mas é, ainda assim, um livro que vale a pena.

Também pela Record saiu o encantador *A Caminho de Macondo: Ficções – 1950–1966*, que traça, a partir de contos, ensaios, romances e textos para jornais escritos por Gabo, as referências que ele posteriormente usaria na constru-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 50

Música. Chico Chico, filho de Cássia Eller, atinge a maturidade em novo álbum

Galeria. O Nobel Gabriel García Márquez, morto há dez anos, e os contemporâneos Margarita García Robayo e Juan Gabriel Vázquez foram alguns dos nomes a figurar no espaço colombiano do evento

ARQUIVO/AFP E ALEJANDRA LOPEZ

ção da Macondo de *Cem Anos de Solidão*.

O volume antecede o lançamento, pela Netflix, da série baseada nesse que é seu mais célebre romance. Trata-se de uma superprodução, que contou com a construção de uma detalhada Macondo cenográfica em Tolima, no interior do país. A previsão de estreia é para este ano ainda.

"O gesto de convidar a Colômbia para a Bienal mostra que o Brasil também vê nossos problemas comuns: o extrativismo em nossa floresta amazônica, o racismo e a desigualdade", diz, a *CartaCapital*, o ministro de Cultura colombiano, Juan David Correa. "Ao mesmo tempo, são países que ainda não descobriram o quão parecidos são e o quanto podem colaborar entre si. A faceta literária é apenas uma demonstração disso, e pode ter repercussões políticas e regionais."

Correa acredita que, após o processo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), em 2016, os autores do país sentiram-se impelidos a tratar de temas que ficaram, por muito tempo, eclipsados pela guerra interna: as origens afro-colombianas e indígenas do povo, o debate ecológico e as questões de gênero. Hoje, esses temas perpassam as obras de vários escritores – exatamente como acontece no Brasil.

A próxima Festa Literária de Paraty, em outubro, também tem, entre os convidados, um autor de renome na Colômbia: Juan Cárdenas, nascido em Popayán, que lança *O Diabo das Províncias* (DBA), uma ficção com tom de ensaio.

O livro narra o retorno de um biólogo a sua pequena cidade natal e busca, por meio desse personagem, encontrar temas e mazelas comuns às cidades latino-americanas periféricas. Cárdenas, tradutor de Machado de Assis e Guimarães Rosa para o espanhol, crê que nenhuma análise do pensamento latino-americano poderia deixar o Brasil de fora – e vice-versa.

Correa segue a sonhar com essas e outras aproximações. "Espero que, agora, abra-se espaço para conexões menos evidentes que Bogotá–São Paulo. Por que não realizar um evento entre duas cidades-irmãs como Cali e Salvador?", pergunta o ministro. "São ambas cidades históricas, marcadas fortemente pela escravidão, com grandes problemas sociais e com grande presença na cultura de seus países." •

Chico Chico segue a crescer

MÚSICA Em *Estopim*, o artista revela o domínio de suas construções sonoras e um timbre ainda mais próximo ao da mãe

POR AUGUSTO DINIZ

O álbum *Estopim* é um vento forte vindo da nova geração da música. Seu autor é Francisco Ribeiro Eller, o Chico Chico, único filho de Cássia Eller (1962-2001), que esbanja intensidade nesse que é um dos melhores discos do ano.

"Gosto da impressão que as pessoas têm tido sobre o disco. Pode ser a maneira de interpretar, a fase que estou. Eu mesmo sinto que está diferente. Agora, se me pedir para dizer o que está diferente, vou me enrolar demais", diz Chico Chico em entrevista por Zoom a *CartaCapital*.

Desde o primeiro registro fonográfico, *2x0 Vargem Alta* (2015), que leva o nome da banda da qual participava, ele indicava, como cantor e compositor, ter grande aptidão. O talento se confirmaria nos dois trabalhos seguintes, em dupla: *Onde* (2020), com Francisco Gil (neto de Gilberto Gil) e *Chico Chico & João Mantuano* (2021).

Seu primeiro solo, *Pomares*, foi lançado em 2021. E a diferença deste segundo solo, *Estopim*, para os outros trabalhos é que Chico Chico, aos 31 anos, alcançou o timbre ideal – que soa ainda mais parecido com o da mãe. Além disso, demonstra total domínio musical, tanto no aspecto da construção sonora quanto na interpretação.

Das 11 faixas do álbum, sete são de Chico Chico – sendo uma só dele e as outras seis em parceria com João Mantuano, Sal Pessoa, Tui Lana e João Duarte. O disco traz também dois duos vocais, um com Juliana Linhares e outro com Julia Vargas.

O trabalho trafega entre sons urbanos, como o *pop* e a *house music*, e tradicionais, como o samba de roda e o bumba-meu-boi. As letras também fazem referência a esses dois universos – sem que eles se mostrem conflitantes ao longo do disco. A disposição das faixas tem fluência e equilíbrio.

"Isso está muito presente na minha composição. Ela tende a cair para o regional, seja lá o que significa isso, já que música regional se faz no Brasil inteiro", afirma. "Vem da minha criação", diz, sobre a incorporação de ritmos nordestinos à carreira. São sons, conta, "que minha mãe ouvia" e que foram aprendidos também na escola.

> "O disco novo é pra cima. Se quiser dançar, dance. Se quiser dormir, durma", brinca o cantor e compositor

O clima mais urbano, por sua vez, vem do próprio lugar onde nasceu e vive: o Rio de Janeiro. O cotidiano na contemporaneidade também surge forte, em letras como a de *Acorda Zé*, canção que tem uma levada roqueira: *Que eu lembrei que eu esqueci de te falar/ Que o consultório te ligou pra remarcar/ Sua limpeza e seu check up anual/ Se desculparam por e-mail/ Via"via virtual"/ O que se passa com contato pessoal?*

Quando questionado sobre a influência de Cássia Eller no seu trabalho, o músico diz não conseguir especificar o impacto. "Não saberia dizer nada, talvez seja um erro meu", afirma. "Adoro ouvir os discos dela. Ouço como ouço Beatles. As coisas estão permeando a gente."

Chico Chico tinha 8 anos quando a mãe morreu, em 2001. Nesse ano, foi lançado *Acústico MTV: Cássia Eller,* para o qual foi gravada, pela segunda vez, a canção composta por Renato Russo quando ela estava grávida: *Vamos descobrir o mundo juntos baby/ Quero aprender/ Com o teu pequeno grande coração/ Meu amor/ Meu Chicão*.

Chico Chico tem uma relação profunda com o processo de composição desde quando suas primeiras músicas foram registradas. "Não é só inspiração. Às vezes, estou brigado comigo, com o violão, com a alegria, muito mais próximo com a tristeza", conta. "A música às vezes não vem. Nessas horas, o desespero acaba me levando ao movimento. É algo cíclico. Não sei e é muito saudável, mas, de vez em quando, produz resultados", explica.

A aproximação com a dor, ou a tristeza, no entanto, se deixava ver muito mais no primeiro álbum solo do que

MARIA MAGALHÃES

Mistura. O álbum, seu segundo solo, trafega entre sons urbanos, como o *pop* e a *house music*, e tradicionais, como o samba de roda e o bumba-meu-boi

neste. Chico Chico admite que as composições reflexivas e introspectivas do álbum de 2021 lhe "custaram muito para escrever", embora tivessem "arranjos solares". Agora, acha que gravou um disco que é mais sua cara, inclusive por ser um tanto "ácido na sonoridade".

O músico atribui a qualidade de *Estopim* – que sai pela gravadora Deck – ao coprodutor e amigo Pedro Fonseca, carinhosamente chamado por ele de Fonsa, tecladista com quem trabalha desde a primeira banda, 2x0 Vargem Alta. O outro coprodutor é Rafael Ramos.

"Esse moleque é foda. Já trabalhei com várias pessoas, sempre foi legal, mas, com Fonsa, me sinto sendo legendado. É como se ele conseguisse entender meu idioma e transcrever", diz. Pedro Fonseca fez um trabalho de pré-produção, que incluiu a escolha de repertório. A *CartaCapital*, o produtor disse que o novo álbum reflete a "natureza inquieta, curiosa e criativa" de Chico.

Chico Chico reconhece que a convivência com o meio musical desde a infância influenciou de forma direta sua formação artística. Sua mãe, Cássia Eller, tinha, além da voz singular, a abertura para trafegar muito bem por entre diferentes gêneros e ritmos. Não é difícil supor que o contato com um espectro sonoro amplo, acabou por moldá-lo.

"O disco novo é pra cima. Se quiser dançar, dance. Se quiser dormir, durma. Tem que servir para alguma coisa", diz Chico Chico, que tem um temperamento espontâneo e, ao mesmo tempo, se desculpa, durante a conversa, pela própria forma de falar, perguntando, aqui e ali, se foi claro o bastante.

"Quero que as pessoas escutem o álbum e decidam o que querem fazer. Só não façam mal aos outros", invoca. Chico Chico é assim: afetuoso e autêntico. Parece ser, na vida, o que é na música. •

A literatura entre *tuítes e posts*

The Observer Em *Impostora*, Rebecca F. Kuang satiriza o conceito de "lugar de fala" e mira o lado obscuro do mercado editorial

POR REBECCA LIU

"Se fosse uma estreante, não teria ousado escrever este livro", diz Rebecca F. Kuang em sua casa em Boston, nos Estados Unidos. Ela sequer teria conseguido. Seu novo romance, *Impostora: Yellowface* (recém-lançado no Brasil), só poderia ter sido escrito por uma autora familiarizada com as peculiaridades da indústria editorial: as políticas mesquinhas, a má-fé e as boas intenções que dão ridiculamente errado.

O suspense é protagonizado por uma escritora branca que reivindica como sendo seu o texto de uma autora chinesa morta. O enredo satiriza o lado obscuro da indústria: o modo como os autores são embalados e comercializados; como os *best-sellers* são, muitas vezes, escolhidos e promovidos com dinheiro bem antes de chegarem às prateleiras; e como autores marginalizados e funcionários são ignorados, menosprezados e mal pagos.

F. Kuang tornou-se conhecida pela trilogia *A Guerra da Papoula* (2018), premiada série de ficção que explora a seguinte ideia: e se Mao fosse uma adolescente? Ambientada num país que lembra a China medieval, a obra conta a história de uma ambiciosa garota camponesa que entra na academia militar mais prestigiosa do país. Muitos acontecimentos na trilogia são inspirados na história chinesa do século XX.

Veio depois o *best-seller Babel* (2022), sucesso disparado no BookTok, que acompanha um grupo de estudantes de Letras na Universidade de Oxford, na era vitoriana, arrastado para a primeira guerra do ópio. Há magia, intriga e há a Inglaterra imperial, grandiosa e perturbadora.

Impostora foi escrito em 2021, durante o confinamento pandêmico, e, ao contrário das fantasias históricas anteriores, é surpreendentemente atual: inclui leitores sensíveis, ataques em massa no X (Twitter) e ciúmes profissionais disfarçados de crítica social.

IMPOSTORA: YELLOWFACE

R.F. Kuang. Tradução: Yonghui Qio. Intrínseca (352 págs., 59,90 reais)

"Fico entediada muito facilmente", diz Kuang, com uma fileira de livros na prateleira atrás dela, ao lado do que parece ser um gato de brinquedo. "Nunca escreverei um projeto do mesmo gênero duas vezes, porque há muitas formas de contar histórias que quero experimentar."

Pouco antes de concluir *Impostora*, ela havia enviado à editora o manuscrito de *Babel,* que descreve como um "romance de formação dickensiano, robusto e meditativo". Em busca de um projeto drasticamente diferente, ela se decidiu por uma sátira "ágil" para a era das redes sociais. Os dramas do mundo literário se encaixaram à perfeição nessa ideia.

"A indústria editorial, como muitas no entretenimento, é cheia de dramas", diz. "Acho que os escritores são especialmente bons em pegar pequenos escândalos e ampliá-los de modo desproporcional."

À época, a indústria lidava com as questões raciais levantadas pelo movimento Vidas Negras Importam e havia discussões *online* sobre quais histórias estavam sendo contadas e quem estava sendo promovido. June Hayward, a protagonista de *Impostora,* sente ciúmes da colega Athena Liu, uma "bela mulher de cor, educada em Yale, internacional, sexualmente ambígua", cuja educação em internatos britânicos lhe deu "um sotaque estrangeiro elegante e indefinível".

"As editoras escolhem um vencedor", pensa June. Athena é a escolhida, mas morre repentinamente, e June descobre um manuscrito deixado por ela sobre o Corpo de Trabalhadores Chineses que apoiou a Grã-Bretanha na Primeira Guerra Mundial. O manuscrito é incrivelmente bom, e June resol-

ve aprimorá-lo e apresentá-lo como seu.

O livro lança June ao estrelato literário, mas os críticos passam a debater seu direito de contar uma história que não diz respeito nem a sua raça nem a sua experiência de vida. Em *Impostora,* essa pergunta deságua em reações cada vez mais bizarras, e qualquer razoabilidade desaparece sob uma montanha de *tuítes.*

A visão de Kuang é, no entanto, mais clara: "A mim, parece que preocupações sobre quem tem permissão para contar as histórias, ou quem tem o direito, ou quem é qualificado são perguntas erradas a se fazer". O interessante, diz, é entender o modo como os autores abordam as histórias: "Eles lidam de forma crítica com os estereótipos que já existem no gênero? Qual é a relação deles com as pessoas representadas? O trabalho faz algo interessante? É bom?"

Para F. Kuang, embora o conceito de "lugar de fala" busque apoiar autores sub-representados, trata-se de mais uma forma de controle: "É uma espada de dois gumes contra escritores marginalizados, uma vez que os limita a escrever apenas sobre suas experiências marginalizadas".

Sua personagem, Athena, uma "asiático-americana que pensa ser representante de todos", trata de trabalhadores pobres, mas é rica e escreve numa máquina de escrever personalizada em seu lindo apartamento em Nova York.

F. Kuang dá crédito a seus mentores por ensiná-la a "sobreviver no mundo *online*", e a sua família por incentivar seu amor precoce por contar histórias. Nascida em Guangzhou, no sul da China, de pais que imigraram para Dallas, no Texas, quando tinha 4 anos, ela cresceu em uma "família muito literária".

Seu pai, um leitor voraz, imprimia cópias de romances de domínio público, grampeava as páginas e lia com ela. "Nos sentávamos para ler *Orgulho e Preconceito* juntos.

JOSÉ CAMACHO

Best-seller. F. Kuang, nascida na China e radicada nos EUA, despontou aos 19 anos

Foi assim que aprendi inglês." Aos 11 anos, foi apresentada a *A Revolução dos Bichos* e *1984*, de George Orwell.

A narração de histórias, diz, começou como uma forma de "assimilar, aprender inglês" e entender seu novo lar. Mas ela sempre se sentiu mais atraída por livros de fantasia. Para ela, divisões por gênero, como "ficção especulativa" e "ficção literária", são rótulos artificiais. "Você não encontra os livros de Kazuo Ishiguro na seção de fantasia de ficção científica, mas *O Gigante Enterrado* é fantasia, e *Não Me Abandone Jamais* é ficção científica distópica."

Kuang começou a escrever a trilogia *A Guerra da Papoula* aos 19 anos, durante um ano de folga dos estudos em História Chinesa na Universidade de Georgetown. Ela estava em Pequim, dando aulas durante o dia, e buscava uma maneira de passar o tempo à noite. Naquele ano, começou a conhecer melhor a história de sua família: seus avós viveram a segunda guerra sino-japonesa e seu pai foi um estudante universitário que protestou na Praça da Paz Celestial, em Pequim, em junho de 1989, e viu seus amigos morrerem.

> "Não falamos o suficiente sobre o que o mundo literário contemporâneo faz com a saúde mental dos escritores"

Hoje, Kuang é doutoranda em Literatura Chinesa na Universidade Yale. Anteriormente, foi aluna de mestrado em Cambridge e depois em Oxford – mas os estudos foram interrompidos pela pandemia. "Nunca tive uma sensação de conclusão com Oxford, e acho que por isso escrevi a respeito incessantemente", diz, sobre *Babel*.

Embora ela duvidasse que o livro pudesse ser popular, ele foi rapidamente adotado pelo TikTok, particularmente pelos entusiastas da "academia sombria", uma subcultura da internet que celebra meias até o joelho e túnicas pretas, torres góticas e leitura de Keats à luz de velas.

Em *Impostora,* June relembra a época em que escrever era algo alegre e livre, e não dominado por competição, fofoca e autopromoção. "Não falamos o suficiente sobre o que o mundo literário contemporâneo faz com a saúde mental dos escritores", diz. "A qualquer momento, você pode entrar na internet e descobrir o que milhares de pessoas estão dizendo sobre você e seu trabalho."

Há, ainda, a agitação incessante em torno das comparações sobre as classificações do Goodreads; do orçamento de marketing reservado pela editora; e das postagens sobre os livros no Instagram. Diante de tudo isso, esperar que os autores permaneçam "completamente imperturbáveis e com os pés no chão" é, segundo a jovem autora, "ridículo". •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

Fantasia. O pai da autora foi um dos estudantes a ocupar a Praça da Paz Celestial, em Pequim, em 1989. As histórias de sua família e a passagem por Oxford serviram de inspiração para *Babel*, romance que virou sucesso a partir do BookTok

ARQUIVO/AP

Dois tempos, duas cidades. O filme, com mais de quatro horas de duração, será exibido no Instituto Moreira Salles da Avenida Paulista, em São Paulo

A24/FILM4

Passado e presente sobrepostos

CINEMA O DOCUMENTÁRIO *OCCUPIED CITY*, DE STEVE MCQUEEN, REVISITA, HOJE, 130 ENDEREÇOS DE AMSTERDÃ LIGADOS À OCUPAÇÃO NAZISTA NA CIDADE HOLANDESA, ENTRE 1940 E 1945

POR ANA PAULA SOUSA

As mais de quatro horas de duração de *Occupied City* seriam, por si, um obstáculo para o lançamento do filme nas salas comerciais. É, por isso, especialmente bem-vinda sua exibição, entre os dias 14 e 26 de setembro, no Instituto Moreira Salles (IMS) da Avenida Paulista, em São Paulo.

O documentário do realizador britânico Steve McQueen tem sido saudado, a exemplo do que aconteceu com *Shoah*, de Claude Lanzmann, 40 anos atrás, como um marco nas formas de representação do Holocausto no cinema.

O ponto de partida do diretor é um atlas de 560 páginas no qual estão registrados mais de 2 mil endereços de Amsterdã, na Holanda. Cada um deles guarda algo da história da ocupação nazista na cidade, entre 1940 e 1945.

A enciclopédia foi publicada pela historiadora Bianca Stigter – com quem McQueen é casado – e inclui desde lugares destruídos por bombas até apartamentos onde famílias judias se suicidaram.

No filme, enquanto uma voz *off* lê trechos do atlas, as imagens mostram 130 desses lugares na contemporaneidade – mais especificamente, entre 2019 e 2022, abarcando um cotidiano modificado pela pandemia da Covid-19.

O encontro entre o passado, representado pela palavra, e o presente, representado pela imagem, se dá de forma aparentemente livre, com música, som de pássaros ou de vozes aleatórias a modular a experiência estética. Se em alguns momentos os dois tempos parecem se comunicar, em outros, eles são dissonantes.

McQueen já disse, em entrevistas, que seu desejo com esse filme era muito mais levar os espectadores a refletir e a sentir do que dar lições de história.

Artista visual que tinha uma sólida carreira antes de se tornar um cineasta reconhecido – com passagens pelo Festival de Cannes e três estatuetas no Oscar por *12 Anos de Escravidão* (2013) –, McQueen atravessa com fluidez as supostas fronteiras entre diferentes linguagens. Reside também nisso o impacto de *Occupied City*.

No IMS, o documentário servirá de preâmbulo aos cinco longas-metragens da série *Small Axe* (2020) – título tirado da canção homônima de Bob Marley –, outro mergulho de McQueen na questão racial e nas vivências das pessoas negras. As histórias são inspiradas em integrantes da comunidade afro-caribenha de Londres, entre 1960 e 1980.

Small Axe tinha sido lançado no Brasil pelo GloboPlay, mas não chegou ao cinema. Os filmes serão exibidos entre outubro e dezembro, em sessões únicas. •

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

Um verdadeiro alento

▶ As Paralimpíadas, encerradas recentemente em Paris, deixaram um rastro de esperança e alegria em todos os interessados em esporte

As Paralimpíadas se encerraram no domingo 8 deixando, ao se apagarem as luzes em Paris, um rastro precioso.

Em tempos de tanto desencontro, com guerras no atacado e no varejo, a realização das Paralimpíadas é um tapa na cara nos senhores da guerra e de muitos donos do mundo.

Enquanto são despendidos valores astronômicos em ações que levam ao extermínio de seres não só indefesos, mas inocentes, os magníficos atletas paralímpicos nos entregaram sentimentos de esperança, alegria e felicidade.

Recebemos também um alento com o surgimento, a continuação e a afirmação de novos ídolos que escancaram, com seus sorrisos, o verdadeiro sentido da vida – perdido na ganância que marca a contemporaneidade.

Nomes como os nadadores Carol Santiago e Gabrielzinho e os corredores Petrúcio Ferreira – veloz nos 100 metros rasos –, Júlio Cesar e Agripino – especialistas nos 1.500 metros e 5.000 metros – são apenas alguns dos motivos para nossa autoestima elevada no esporte paralímpico.

A posição destacada do País, nas últimas semanas, em Paris, mostra que, apesar de todas as nossas contradições e mazelas, podemos mais do que fazemos.

O quadro geral dos países desta Olimpíada também ajuda a compreender o rumo que as pessoas vão seguindo em nossa caminhada pela vida. E isso se repete na Paralimpíada.

A China puxou a fila, com 94 ouros – 220 medalhas no geral –, seguida pela Grã-Bretanha, com 49 ouros, e pelos Estados Unidos, com 36 medalhas douradas. Na sequência, aparecem Holanda e Brasil.

Esta foi a primeira vez em que o País ficou no Top 5 da competição, batendo seu recorde de medalhas. Foram 89 pódios conquistados, com 25 ouros.

O incrível Gabrielzinho mostra bem o valor desse resultado.

O atleta atribui seu destaque, sobretudo, a ser quem é, ao próprio "carisma": "Ganhar uma medalha pelo trabalho é bom, mas, pela pessoa, é melhor ainda".

Outra declaração que exalta a grandeza e a consciência desses atletas veio do corredor Yeltsin Jacques, do Mato Grosso do Sul: "Quero a medalha para nosso bairro, nossa cidade; sabe o que é depois de tanta dificuldade poder ser um campeão olímpico?"

A vontade que dá é ficar direto ligado nos esportes paralímpicos.

Mas, esta semana, o futebol nos chamou novamente para olhar para a Seleção brasileira.

O primeiro jogo pelas eliminatórias da próxima Copa do Mundo, contra o Equador, deixou todo mundo de cabelos em pé – e não foi por falta de aviso.

Na terça-feira 10, no segundo jogo, veio outra derrota: 1x0 na partida contra o Paraguai.

Embora ambos os resultados não estivessem fora das previsões do técnico Dorival Junior, eles só vão atrapalhar ainda mais seu trabalho.

Esse segundo jogo foi marcado pela esperada pressão dos Defensores del Chaco e, sobretudo, pelo golaço de rara beleza do armador paraguaio que alterou o andamento da partida, facilitando o trabalho do nosso adversário e dificultando o processo de construção da nova Seleção.

A despeito do apregoado saudosismo de alguns arautos da mania de grandeza, a seleção, e seus muitos novatos, parece estar vacinada, como deixou claro o capitão Danilo, em excelente e lúcida entrevista às vésperas do jogo.

Danilo disse que, no momento, estamos atrasados. O Brasil perdeu tempo após o fracasso na última Copa do Mundo, trocando treinadores.

Além disso, é preciso entender que o futebol, dentro de campo, mudou muito ao ter se tornado um dos maiores "negócios" da atualidade.

Coisas como a paixão, o amor à camisa e o drible "irresponsável" – que pareciam a essência de antigamente – ficaram para trás.

Danilo disse ainda ser necessário entender os números, a matemática, a seriedade e o profissionalismo, ponderando que é difícil a Seleção, hoje, se aproximar do que já foi um dia.

O lateral-direito prenunciou com clareza que, se ganhar, vai ser aplaudido e, se perder, vai ser criticado.

Por fim, acrescentou que temos boa "matéria prima", mas que é preciso planejamento e organização.

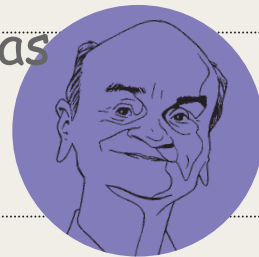
Isso, como sabemos, veio com o Dorival: segurança e confiança são dois pontos fortes do treinador em seus trabalhos anteriores.

Disso tudo, o que fica de concreto é que, tanto nos esportes paralímpicos quanto no futebol tradicional, a dedicação – preferencialmente acompanhada de alegria – é a prova dos nove. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

DRAUZIO VARELLA

Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000

A disseminação do mpox

▶ Por que um vírus que, ao longo de mais 50 anos, causou apenas surtos ocasionais na África se espalhou por outras regiões?

A lesão ulcerada era tão profunda que a médica teve a impressão de que o pênis do rapaz estava para cair.

Esse paciente foi atendido em 2017 pela doutora Polaji Otika-Odibi, numa clínica em Port Harcourt, no sul da Nigéria. Pouco depois, surgiriam mais três pacientes com o mesmo tipo de lesão, com a diferença de que também estavam infectados pelo HIV.

Em setembro de 2017, vários jovens procuraram assistência médica com lesões genitais semelhantes – a maioria deles convivia com o HIV. Os exames laboratoriais foram positivos para mpox, doença viral até então encontrada no país apenas três vezes, a última delas havia 39 anos.

Em 2022, a mpox acometeu tantos homens que fazem sexo com homens que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou-a Emergência em Saúde Pública de Preocupação Internacional.

No entanto, depois de 100 mil pessoas terem sido atingidas, em 116 países, o número de casos, misteriosamente, diminuiu tão depressa que a OMS deixou de considerá-la emergência.

Estudos realizados na Nigéria mostraram que o vírus havia se disseminado silenciosamente pelo país durante dois anos, antes do aparecimento do paciente da clínica de Port Harcourt.

Neste ano de 2024, foram descritos, na República Democrática do Congo, pacientes infectados por uma variante mais agressiva do que as anteriores. Quase todos eram homens que praticavam sexo pago com mulheres.

A doença se espalhou pelos países vizinhos: Uganda, Burundi, Ruanda e Quênia, lugares até então virgens da infecção pelo vírus. Um cidadão sueco que viajou para a África voltou com os sinais característicos de mpox. Em agosto de 2024, a OMS voltou a considerar a doença uma Emergência em Saúde Pública.

A pedido da revista *Science*, John Cohen e Abdullahi Tsunni viajaram para a Nigéria em busca das origens da doença, no país

Esse poxvírus foi descoberto num laboratório na Dinamarca, em 1958. A identificação dos hospedeiros intermediários veio em seguida: roedores silvestres, como ratos e esquilos.

O primeiro paciente da Nigéria foi diagnosticado em 1970. Era um menino de 9 meses. No ano seguinte, houve mais dois casos; em 1978, mais um. Até recentemente todos os doentes eram crianças.

Em 1978, a OMS comunicou: "É uma doença esporádica, rara, que não parece constituir problema de saúde pública".

No ano histórico de 1980, a OMS declarou extinta a varíola, virose muito contagiosa, com mortalidade de 30%, que deixava marcas no rosto dos sobreviventes. Foi a primeira doença infecciosa eliminada da face da Terra pela vacinação (inacreditável ainda existirem tantos antivacina). Mais tarde, a vacina antivariólica seria indicada para a prevenção da mpox.

Diversos surtos de mpox se espalharam pelo mundo: 455 casos até 1980 nos países da África Central; 338 entre 1981 e 1986 no Congo; e 76 num surto nos Estados Unidos em 2003.

Em 2010, um estudo documentou 760 casos num só distrito do Congo. Todos eram meninos da zona rural ou caçadores que se embrenharam na floresta. Menos de 10% eram vacinados contra a varíola.

No período de 2018 a 2021, foram diagnosticados, no total, nove pacientes nos Estados Unidos, Reino Unido, Israel e Cingapura. Todos haviam viajado para a Nigéria, país que já soma 4,5 mil casos.

A duração limitada desses surtos fez supor que a transmissão inter-humana não seria sustentável.

Como explicar que o vírus tenha se mantido por mais de 50 anos causando surtos ocasionais, de duração limitada, na África, para chegar ao padrão de disseminação atual, em que os casos duplicam a cada dois anos?

Até os anos 2000, na África sub-saariana não havia estradas para ligar regiões distantes nem aeroportos internacionais movimentados. O aumento populacional, a construção de estradas, de aeroportos e o vaivém de viajantes criaram condições para o vírus se espalhar pelo mundo.

É possível também que os hábitos dos roedores hospedeiros tenham se modificado, por causa da devastação das florestas e das mudanças climáticas ou que o vírus tenha infectado outras espécies.

Certamente, a redução dos níveis da vacinação antivariólica ao redor do mundo é outro fator de risco para a mpox.

Será uma nova pandemia que se anuncia?

Impossível saber: depende das mutações que o vírus sofrerá. Como nos ensinaram Alfred Wallace e Charles Darwin, a evolução é imprevisível. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Você se diz de esquerda, mas está a serviço dos ricos, vereador!
Onde pretende chegar com isso?
BRASÍLIA

1964
2016
2023
Carta